

MARCELO MÁXIMO PURIFICAÇÃO
ELISÂNGELA MAURA CATARINO
NADIA BIGARELLA
(ORGANIZADORES)

A
ANTROPOLOGIA
E O ESTUDO DOS
GRUPOS SOCIAIS
2

MARCELO MÁXIMO PURIFICAÇÃO
ELISÂNGELA MAURA CATARINO
NADIA BIGARELLA
(ORGANIZADORES)

A
ANTROPOLOGIA
E O ESTUDO DOS
GRUPOS SOCIAIS
2

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Ellen Andressa Kubisty

Luiza Alves Batista

Nataly Evilin Gayde

Thamires Camili Gayde

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2024 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2024 Os autores

Copyright da edição © 2024 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena

Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Profª Drª Aline Alves Ribeiro – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia
 Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora
 Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
 Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade de Coimbra
 Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
 Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
 Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
 Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
 Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
 Profª Drª Caroline Mari de Oliveira Galina – Universidade do Estado de Mato Grosso
 Prof. Dr. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
 Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
 Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
 Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
 Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
 Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
 Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
 Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
 Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
 Profª Drª Eufemia Figueroa Corrales – Universidad de Oriente: Santiago de Cuba
 Profª Drª Fernanda Pereira Martins – Instituto Federal do Amapá
 Profª Drª Geuciane Felipe Guerim Fernandes – Universidade Estadual de Londrina
 Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
 Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
 Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
 Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
 Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
 Prof. Dr. Joachin de Melo Azevedo Sobrinho Neto – Universidade de Pernambuco
 Prof. Dr. João Paulo Roberti Junior – Universidade Federal de Santa Catarina
 Prof. Dr. Jodeylson Islony de Lima Sobrinho – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
 Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
 Profª Drª Juliana Abonizio – Universidade Federal de Mato Grosso
 Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
 Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
 Profª Drª Kátia Farias Antero – Faculdade Maurício de Nassau
 Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
 Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
 Profª Drª Lisbeth Infante Ruiz – Universidad de Holguín
 Profª Drª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
 Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
 Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
 Profª Drª Marcela Mary José da Silva – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
 Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
 Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
 Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
 Profª Drª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande

- Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
- Profª Drª Mônica Aparecida Bortolotti – Universidade Estadual do Centro Oeste do Paraná
- Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
- Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
- Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
- Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
- Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
- Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
- Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro Oeste
- Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
- Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
- Profª Drª Vanesa Bárbara Fernández Bereau – Universidad de Cienfuegos
- Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
- Profª Drª Vanessa Freitag de Araújo – Universidade Estadual de Maringá
- Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Federal da Bahia
- Universidade de Coimbra
- Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
- Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

A antropologia e o estudo dos grupos sociais 2

Diagramação: Thamires Camili Gayde
Correção: Maiara Ferreira
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadores: Marcelo Máximo Purificação
 Elisângela Maura Catarino
 Nadia Bigarella

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A636 A antropologia e o estudo dos grupos sociais 2 /
 Organizadores Marcelo Máximo Purificação, Elisângela
 Maura Catarino, Nadia Bigarella. – Ponta Grossa - PR:
 Atena, 2024.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-2670-7

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.707241406>

1. Antropologia. I. Purificação, Marcelo Máximo
 (Organizador). II. Catarino, Elisângela Maura (Organizadora).
 III. Bigarella, Nadia (Organizadora). IV. Título.

CDD 301

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná – Brasil
 Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código Penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.





Caros leitores, saudações.

Precisamos entender o mundo em que vivemos e todos os complexos elementos que o compõem. É um dos campos de estudo que nos possibilita uma visão profunda e abrangente da sociedade é a antropologia. Se você está interessado em mergulhar na compreensão dos grupos sociais e suas dinâmicas, temos a recomendação perfeita para você: o e-book “A antropologia e o estudo dos grupos sociais 2”. Por isso, é com grande satisfação que apresentamos este e-Book. Nesta obra, trazemos quatro capítulos teóricos que abordam temas relevantes e atuais, resultado de estudos e pesquisas desenvolvidos em lugares diversos. Ao longo dos capítulos, exploraremos as relações sociais e os principais tópicos que permeiam a antropologia. Entre os temas abordados está a Educação Física, Covid-19, Atividade Física, A interação entre Geografia Cultural e Geografia Humanística. É uma obra que pode colaborar na reflexão social, tornando assim, uma leitura enriquecedora não só do ponto de vista acadêmico, mas também uma oportunidade de ressignificar nosso olhar sobre a sociedade em que vivemos. Portanto, um livro de grande contribuição reflexiva e dialógica que pode contribuir para a ampliação no campo da antropologia e ciências sociais e humanas. Desejamos a todos uma boa leitura e boas reflexões.

Marcelo Máximo Purificação

Elisângela Maura Catarino

Nadia Bigarella

CAPÍTULO 1	1
EDUCAÇÃO FÍSICA – DESAFIOS INTERMITENTES DE RUPTURAS EPISTEMOLÓGICAS	
Cleia Gonçalves de Brito	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.7072414061	
CAPÍTULO 2	11
CULTURA E LUGAR: UM ESTUDO DE CASO SOBRE OS COGNOMES DOS MUNICÍPIOS GAÚCHOS	
Alberto Yates Moroni	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.7072414062	
CAPÍTULO 3	23
TERRITORIALIDADE INDÍGENA E A PERSISTENTE COLONIZAÇÃO NO BRASIL	
Tiago Antônio Gomes Gouveia de Sousa	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.7072414063	
CAPÍTULO 4	31
NO ARQUIVO: DA DIZIBILIDADE DA IMAGEM À (IN)VISIBILIDADE DO SUJEITO CRIANÇA EM VULNERABILIDADE SOCIAL	
Roselene de Fatima Coito	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.7072414064	
SOBRE OS ORGANIZADORES	44
ÍNDICE REMISSIVO	47

EDUCAÇÃO FÍSICA – DESAFIOS INTERMITENTES DE RUPTURAS EPISTEMOLÓGICAS

Data de aceite: 02/05/2024

Cleia Gonçalves de Brito

Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

RESUMO: Bruscamente, as rupturas epistemológicas deslocaram-se entre as lacunas, em consonância, a um mercado de trabalho carente por referências de qualidade. O desprovemento de uma sociedade bem informada sobre atividade física necessária ao bem-estar afastou-se da historicidade, da teoria do conhecimento e os porquês dos atos e obstáculos epistemológicos paralisaram a Educação Física. A motricidade humana foi observada em suas subjetividades no cenário pandêmico de infecção humana SARS-CoV-2 - Pandemia Covid-19. Por conseguinte, na Revisão de Literatura realizada os conceitos do historiador, físico e filósofo da Ciência Thomas Khun aspiram corroborar com a atuação do Profissional de Educação Física na área da Saúde. A Educação Física e a sociedade brasileira dialogaram de uma forma peculiar com a tecnologia. Com isso, o artigo analisa as probabilidades contributivas à sociedade com Podcasts sobre atividade física para o bem-estar da população brasileira com

elucidações sobre os níveis de atenção primária, secundária e/ou terciária em Saúde, logo, bem-estar, em convergência à teoria do conhecimento.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Física, Covid-19, Atividade Física

PHYSICAL EDUCATION – INTERMITTENT CHALLENGES OF EPISTEMOLOGICAL RUPTURES

ABSTRACT: Abruptly, epistemological ruptures shifted between the gaps, in line with a labor market lacking quality references. The devoid of a well-informed society about physical activity necessary for well-being moved away from historicity, theory of knowledge and the reasons for epistemological acts and obstacles paralyzed Physical Education. Human motricity was observed in its subjectivities in the pandemic scenario of human infection SARS-CoV-2 - Pandemic Covid-19. Therefore, in the Literature Review carried out the concepts of historian, physicist and philosopher of Science Thomas Khun aspi Physical Education and Brazilian society have dialogued in a peculiar way with technology. Thus, the article analyzes the probabilities contributing to society with

Podcasts about physical activity for the well-being of the Brazilian population with elucidations about the levels of primary, secondary and/or tertiary health care, thus, well-being, in convergence with the theory of knowledge.

KEYWORDS: Physical Education, Covid-19, Physical Activity

EDUCACIÓN FÍSICA – DESAFÍOS INTERMITENTES DE RUPTURAS EPISTEMOLÓGICAS

ABSTRACTO: Abruptamente, las rupturas epistemológicas se desplazaron entre las brechas, en línea con un mercado laboral carente de referencias de calidad. La desprovista de una sociedad bien informada sobre la actividad física necesaria para el bienestar se alejó de la historicidad, la teoría del conocimiento y las razones de los actos epistemológicos y los obstáculos paralizaron la Educación Física. Se observó motricidad humana en sus subjetividades en el escenario pandémico de infección humana SARS-CoV-2 - Pandemia Covid-19. Por ello, en la Revista de Literatura llevado a cabo los conceptos del historiador, físico y filósofo de la Ciencia Thomas Khun aspiran a corroborar la labor del Profesional de la Educación Física en el área de la Salud. La Educación Física y la sociedad brasileña han dialogado de manera peculiar con la tecnología. Así, el artículo analiza las probabilidades de contribuir a la sociedad con Podcasts sobre la actividad física para el bienestar de la población brasileña con aclaraciones sobre los niveles de atención primaria, secundaria y/o terciaria de salud, por lo tanto, bienestar, en convergencia con la teoría del conocimiento.

PALABRAS-CLAVE: Educación Física, Covid-19, Actividad Física

ÉDUCATION PHYSIQUE – DÉFIS INTERMITTENTS DE RUPTURES ÉPISTÉMOLOGIQUES

ABSTRAIT: Brusquement, les ruptures épistémologiques se sont déplacées entre les écarts, en ligne avec un marché du travail manquant de références de qualité. La société dépourvue d'une société bien informée sur l'activité physique nécessaire au bien-être s'est éloignée de l'historicité, de la théorie de la connaissance et des raisons des actes épistémologiques et des obstacles a paralysé l'éducation physique. La motricité humaine a été observée dans ses subjectivités dans le scénario pandémique de l'infection humaine SARS-CoV-2 - Pandémie Covid-19. Par conséquent, dans la revue de la littérature réalisée les concepts de l'historien, physicien et philosophe des sciences Thomas Khun aspirent à corroborer le travail du professionnel de l'éducation physique dans le domaine de la santé. L'éducation physique et la société brésilienne ont dialogué d'une manière particulière avec la technologie. Ainsi, l'article analyse les probabilités contribuant à la société avec des podcasts sur l'activité physique pour le bien-être de la population brésilienne avec des éclaircissements sur les niveaux de soins de santé primaires, secondaires et / ou tertiaires, donc, le bien-être, en convergence avec la théorie de la connaissance.

MOTS-CLÉS: Éducation physique, Covid-19, Activité physique

INTRODUÇÃO

A Educação Física dispõe de níveis de atenção primária, secundária e/ou terciária em Saúde”, logo, o bem-estar, em convergência à teoria do conhecimento. Porém, nos processos de observância no período de infecção humana SARS-CoV-2 - Pandemia Covid-19 as discursivas abriram lacunas para a vanguarda da Educação Física. De forma, surpreendente, os desafios intermitentes de rupturas epistemológicas, em relação à Saúde dialogaram com a sociedade. Os sujeitos sociais desconstruíram-se, evidentemente, saíram de seus setores multidisciplinares, com isso, o espaço físico perdeu o referencial. Consequentemente, o cientificismo e à riqueza do senso comum caminharam lado a lado, tanto quanto à subjetividade de uma população enfraquecida por uma literatura que não havia sido divulgada à população. Em consonância, às humanidades e seus pares à Educação Física bateu à porta da teoria do conhecimento da população mundial. O planeta percebeu a essencialidade do movimento saudável. Em pouco tempo, a população rompeu paradigmas para manter-se ativa, o bem-estar fez-se necessário, as Práticas Integrativas foram utilizadas veementemente. “A interocepção, definida como o sentido do estado corporal interno, desempenha um papel crítico no bem-estar físico.” (Jones, 2021, Physical activity and interoceptive processing: Theoretical considerations for future research, Resumo.)

O corpo entrelaçado às orientações sobre a Saúde durante o período de infecção humana SARS-CoV-2 - Pandemia Covid-19, provavelmente, conviveu com as amarras da Língua Portuguesa. Os desafios intermitentes de rupturas epistemológicas, concomitantemente às recomendações sobre as atividades físicas possam ter configurado o cenário restrito e interpretativo das humanidades, considerando os paradigmas epistemológicos. Enquanto, os sujeitos sociais permaneciam em busca de informações qualitativas a respeito de atividade física, possivelmente, mantiveram-se distantes de profissionais qualificados como os de Educação Física. Os níveis de atenção primária, secundária e/ou terciária em Saúde pela Educação Física no mercado de trabalho, supostamente, sem estrutura frente a crise sanitária durante o período de infecção humana SARS-CoV-2 - Pandemia Covid-19. Não obstante, o Profissional de Educação Física permaneceu preso às tecnologias de informação. Isto posto, o artigo apresenta o seguinte problema: Por que os atos e os obstáculos epistemológicos paralisaram a Educação Física?

O bem-estar necessário ao sujeito social atento ao panorama mundial, mas especificamente à população brasileira com seus preceitos tradicionais, vez em quando, afastado das atividades físicas; porém, perto do sedentarismo recorreu às Práticas Integrativas como auxílio ao bem-estar. A meditação é uma das Práticas Integrativa que apresenta exercícios físicos durante a sua prática, quem sabe, ainda seja uma opção rara à Educação Física. Todavia, a meditação do coração foi um meio dos profissionais da área da Saúde melhorarem a solidão. “Uma melhora no sono e na solidão foi observada com a prática da meditação Heartfulness.” (Thimmapuram et al, 2021, Resumo.)

Justifica-se o trabalho frente a urgência da atividade física no cenário ainda pandêmico mundial. O distanciamento social foi necessário devido o período de infecção humana SARS- CoV-2 - Pandemia Covid-19. Talvez pelos desafios intermitentes de rupturas epistemológicas, por uma sociedade orgânica com objetivos reorganizados pelos moldes do cotidiano advertia o quão distante estávamos sobre as atribuições, competências e, o quanto desconhecíamos a Educação Física sendo essencial à saúde.

METODOLOGIA

Trata-se de Revisão de Literatura realizada mediante os recortes filosóficos das obras da teoria do conhecimento. Contudo, os artigos científicos disponibilizados nas plataformas de dados também, pois aplicou-se de forma síncrona e assíncrona as referências mais recentes, como: PubMed <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov> , bvcsalud (Biblioteca Virtual em Saúde) <https://bvcsalud.org> , MEDLINE - Sistema Online de Busca e Análise de Literatura Médica (Medical Literature Analysis and Retrieval System Online), SciELO (Scientific Electronic Library Online) , Google Acadêmico <https://scholar.google.com> foram utilizados como recurso para a realização da pesquisa . As redes sociais Instagram, Twitter, Facebook e Clubhouse foram observadas ao longo do período de infecção humana SARS-CoV-2 - Pandemia Covid-19. Assim como, os podcasts sobre saúde. O site oficial do Ministério da Saúde foi examinado e o site do Confef (Conselho Federal de Educação Física) <https://confef.org.br>

A Revisão de Literatura no que tange as obras dos clássicos considerou a teoria do conhecimento com objetivo de compreender o porquê dos atos e obstáculos epistemológicos que paralisaram a Educação Física numa abordagem qualitativa sendo referendada pelo os conceitos do historiador, físico e filósofo da Ciência Thomas Khun. Dessa forma, pretende engendrar sobre os desafios intermitentes de rupturas epistemológicas. Bem como, identificar os níveis de atenção primária e secundária e / ou terciária em Saúde; tal como, analisar a representatividade da Educação Física no contexto da Saúde. As palavras-chaves utilizadas foram de acordo com os descritores em Ciência da Saúde - Decs como: Educação Física, Saúde, atividade física, rupturas epistemológicas, sujeitos sociais e, SARS-CoV-2 - Pandemia Covid-19 em Língua Portuguesa e Língua Inglesa. Como critério de inclusão foram considerados os artigos sobre a Educação Física, rupturas epistemológicas no Brasil e, os resumos com DOI (identificador de conteúdos em ambiente digital, criado pela International DOI Foundation). Os trabalhos sem resumos e, sem DOI foram excluídos.

O artigo leva em consideração o período de 2017 a 2021. Salvo, às citações dos artigos relacionados à Filosofia. As metáforas fundantes e fundadas da Filosofia da Linguagem, contrastada e comparada à da Língua Portuguesa, os regionalismos foram examinados para qualificar os argumentos em *discussão*, pois as linguagens são recursos de aproximação do sujeito social. Com isso, passa-se a considerar a expressão Covid-19 no corpo do trabalho.

Os avanços da teoria do conhecimento, das tecnologias entre a Educação Física e as Práticas Integrativas saltam à vista; assim, as abordagens serão breves com o propósito de cooperar com a representatividade do Profissional de Educação Física no contexto da Saúde no mercado de trabalho. O artigo pretende alcançar a produção de Podcast e posts para as redes sociais para contribuir com a população brasileira sobre atividade física e Saúde na lacuna da teoria do conhecimento no mercado de trabalho do Profissional de Educação Física.

As características de uma pesquisa etnográfica poderão permear o artigo devido a experiência pessoal da autora no campo das Práticas Integrativas.

DISCUSSÃO

O distanciamento social, o testar positivo para Covid-19, provavelmente, tenham ocasionado mudanças no cotidiano da sociedade brasileira. Conquanto, os conceitos de saúde intercorreram pelas regiões desse país imenso que é o Brasil no período da Pandemia Covid-19. Possivelmente, a Educação Física e os desafios intermitentes embaralharam-se no cotidiano dos brasileiros durante a Pandemia Covid-19. Porventura, pela empregabilidade informal, uma literatura incipiente norteou, eventualmente, no sistema capitalista da população brasileira. “Mais do que se ocupar com as rupturas epistemológicas entre as dimensões biodinâmicas e culturais, convivo a compreender o mundo da vida e nela, a rede de intencionalidades onde estão situados os seres-motricios.” (Oliveira, 2019, p.53)

O profissional da área da saúde transferiu o que fazia de forma presencial para o ensino virtual. À vista disso, o Profissional de Educação Física reorganizou a rotina de trabalho. e, assim, quem sabe, aquiesceu os estudos científicos que corroboraram para novos paradigmas como a saúde em consonância às humanidades e seus pares com a Educação Física. Entre o ser e o não ser existencial de um corpo biodinâmico despido de considerações pela diversidade existencial. “As políticas de saúde foram alteradas para permitir fácil acesso a cuidados de saúde virtuais, destacando a capacidade dinâmica do campo de se adaptar a uma crise de saúde pública. (Hoffman, 2020, Resumo)

A Educação Física, provavelmente, contribuiu para a demanda dos desafios intermitentes de rupturas epistemológicas que elucidaram ao longo do cenário caótico temporais para a chegada das Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS).

As transformações culturais e sociais aconteceram, presumivelmente, em conflito aos possíveis intercursos de uma sociedade brasileira em construção. Contudo, à demanda política e econômica de ideologias incipientes ao panorama da saúde da população brasileira.

“O Grupo Temático de Racionalidades Médicas e PICS da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO) publicou em Nota Técnica na Plenária Final do II Congresso Nacional de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde, realizado em Sergipe em 2019, recomendações para uma formação de qualidade em PICS, sendo elas: carga horária prática supervisionada por profissional experiente; o ensino a distância como uma

possibilidade informativa, mas não formativa; o trato com o conteúdo teórico conceitual adequado e paradigma que orienta determinada prática; uma formação orientada para atuação no SUS, com ênfase na Atenção Primária à Saúde e a valorização da atuação multiprofissional (Abrasco como citado em Bardoni, 2019, Resultados e Discussões para.2).

O sujeito social passou a dialogar informalmente com a Saúde; porém, os questionamentos surgem, quando *recomenda-se a um profissional experiente*, quando o Profissional de Educação Física “Possui formação para intervir em contextos hospitalares.” Decerto, pois a Resolução no 391 (26 de agosto de 2020) do CONFEF (Conselho Federal De Educação Física), elucida que o Profissional de Educação Física está habilitado para “intervir em contextos hospitalares, em níveis de atenção primária, secundária e/ou terciária em saúde, dentro da estrutura hierarquizada preconizada pelo Ministério da Saúde e considerando o SUS.” (Confef, 2020, Art.2o)

Os atos e os obstáculos epistemológicos concorrem com os desafios desordenados da historicidade, batem à porta da transitoriedade das proposições da teoria do conhecimento, quando as rupturas acontecem dialogam com a Filosofia da Linguagem. Conseqüentemente, os atos e obstáculos permanecem em espaços labirínticos aguardando os desafios epistemológicos serem elucidados pelo protagonistas contemporâneos. Outrossim, os desafios intermitentes demandam de saltos qualitativos. “É no interior de concepções abertas e dialéticas que o conhecimento pode encontrar a possibilidade de renovação, de construção e de reconstrução.” (Fonseca, 2008, Introdução par.7)

A multidisciplinaridade agregou o sentido da expressão “homo somaticus” encontrada “além funções de corporeidade, uma vez que é mediante o corpo que o homem é um ser social, é um ser no mundo”. Segundo, De Paula. Em contrapartida, cabe-nos à reflexão se os atos e os obstáculos epistemológicos paralisaram a Educação Física, pois destaca-se como uma das precursoras sobre corporeidade. (De Paula, 2020, Resumo)

O trabalho do Profissional de Educação Física durante a Pandemia Covid-19 foi definido como essencial; logo, a Educação Física e os desafios intermitentes de rupturas epistemológicas trouxeram a essencialidade à saúde, definida por lei a atividade física e o exercício físico como essenciais à população brasileira. Porém, o corpo em aliança com a representatividade do Profissional física durante a Pandemia Covid-19 esteve em profundo silêncio, o corpo em movimento ficou paralisado e, os paradigmas que serviam como referenciais, conseqüentemente, paralisados.

A Educação Física encontrava-se num emaranhado de desafios intermitentes de rupturas epistemológicas, quando as informações desencontradas eclodiram em plena Pandemia Covid-19. Os níveis de atenção primária, secundária e/ou terciária em Saúde esbarravam nos sujeitos sociais desinformados sobre a atividade que podia ou não fazer com o próprio corpo. “Khun afirma que a História da Ciência é marcada por “revoluções científicas” periódicas, cada uma delas testemunhando a substituição do paradigma dominante em um campo particular por um novo paradigma.” (Khun como citado em Loewer, 2016, p.50)

O sujeito social é um sujeito interpretativo com desafios intermitentes, pois o cuidado à atenção saúde não rompe o senso comum, mas agrega compreensão das representatividades existentes. “O interpretativismo é uma abordagem que possui duas variantes epistemológicas mais frequentes: a hermenêutica e o construcionismo social (Castañon, 2004; Woolfolk, 1992 citado em Oliveira, 2021, p. 12)

Identificar os níveis de atenção primária e secundária e/ ou terciária em Saúde é um compromisso social, um ato reflexivo para a população brasileira.

A **Atenção Primária** é constituída pelas Unidades Básicas de Saúde (UBS), pelos Agentes Comunitários de Saúde (ACS), pela Equipe de Saúde da Família (ESF) e pelo Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF) enquanto o nível intermediário de atenção fica a encargo do SAMU 192 (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência), das Unidades de Pronto Atendimento (UPA), e o atendimento de média e alta complexidade feito nos hospitais.

A **Atenção Secundária** é formada pelos serviços especializados em nível ambulatorial e hospitalar, com densidade tecnológica intermediária entre a atenção primária e a terciária, historicamente interpretada como procedimentos de média complexidade. Esse nível compreende serviços médicos especializados, de apoio diagnóstico e terapêutico e atendimento de urgência e emergência.

A **Atenção Terciária** ou alta complexidade designa o conjunto de terapias e

procedimentos de elevada especialização. Organiza também procedimentos que envolvem alta tecnologia e/ou alto custo, como oncologia, cardiologia, oftalmologia, transplantes, parto de alto risco, traumatologia, neurocirurgia, diálise (para pacientes com doença renal crônica), otologia (para o tratamento de doenças no aparelho auditivo).

Envolve ainda a assistência em cirurgia reparadora (de mutilações, traumas ou queimaduras graves), cirurgia bariátrica (para os casos de obesidade mórbida), cirurgia reprodutiva, reprodução assistida, genética clínica, terapia nutricional, distrofia muscular progressiva, osteogênese imperfeita (doença genética que provoca a fragilidade dos ossos) e fibrose cística (doença genética que acomete vários órgãos do corpo causando deficiências progressivas).

Entre os procedimentos ambulatoriais de alta complexidade estão a quimioterapia, a radioterapia, a hemoterapia, a ressonância magnética e a medicina nuclear, além do fornecimento de medicamentos excepcionais, tais como próteses ósseas, marca-passos, stent cardíaco, etc. (Gestão de Saúde, 2021, Portal de Conteúdo)

A Língua Portuguesa tornou-se transfigurada de padrões estereotipados de linguagens multifacetadas. As metáforas fundantes e fundadas ganharam forma pelo senso comum, mas contrastada e comparada à informação de qualidade ao bem-estar da população brasileira pelo Profissional de Educação Física, ocasionalmente, tornava-se inexpressiva pela falta de representatividade como profissionais da área da Saúde junto à população brasileira.

A Assistência Social, a Biologia, a Educação Física, a Enfermagem, a Farmácia, a Fisioterapia, a Fonoaudiologia, a Medicina, a Nutrição, a Odontologia, a Psicologia, a Terapia Ocupacional e outros, como campos de conhecimento e atuação na área da Saúde, na perspectiva da Estratégia do Sujeito Coletivo, da Prevenção e Promoção, são compreendidas como disciplinas conexas na Interdisciplinaridade e setores compartilhados na Intersetorialidade. Elas atendem a esses dois requisitos da Estratégia do Sujeito Coletivo.

Na perspectiva da Estratégia do Sujeito Coletivo, a Educação para a Saúde possibilita a tomada de consciência, a participação, a consciência crítica do momento histórico vivido e a formação de uma possível rede de suporte social, concentrando todos os esforços disponíveis para a melhoria da Saúde e Qualidade de Vida, que remetem diretamente para o exercício da cidadania. (<https://www.confef.org.br/confef/conteudo/30>)

Os sujeitos sociais caminham por referências, conseqüentemente, procuram os seus pares em setores multidisciplinares. Com isso, a investigação tornar-se-á rigorosa, racional em prol das humanidades. O artigo compreendeu as fragilidades do Profissional de Educação Física na área da Saúde, pois os desafios intermitentes migraram para áreas afins.

CONCLUSÃO

A sociedade brasileira foi impactada pela necessidade imediata de respostas, logo, o foco nas mídias foi desviado para os médicos como representantes da área da Saúde. Surpreendentemente, os anônimos usaram as redes sociais para remendar o saber. As ideias sobre saúde emergiram em função às demandas virtuais; simultaneamente, a qualidade de vida foi questionada, o bem-estar do profissional da área da Saúde foi interpelado pela população, não apenas, brasileira, mas mundial.

A população brasileira plenamente impactada pela necessidade imediata de respostas sobre a perspectiva de vida ou porventura, despreparada para a demanda subjetiva, seguiu pelo senso comum, naturalmente, com embates. Evidentemente, as lacunas permanecem abertas para uma informação de qualidade sobre atividade física. Contudo, o sujeito social ficou mais perto dos profissionais empenhados com o bem-estar da população brasileira no cenário decorrente de infecção humana SARS-CoV-2 - Pandemia Covid-19.

As humanidades encontram-se em processo para o bem-estar sustentável; conseqüentemente, o porquê dos atos e obstáculos epistemológicos tenham sido paralisados por um tempo, mas as rupturas epistemológicas engendraram à busca de conhecimento científico. Com isso, a representatividade do Profissional de Educação Física no contexto da Saúde tende à mutações pelos setores afins. A Educação Física e os desafios intermitentes de rupturas epistemológicas, supostamente, compreenderam o porquê dos atos e obstáculos, mas os desafios humanos e, os níveis de atenção primária, secundária e/ou terciária em Saúde foram percebidos, não por representatividade, mas pelo compromisso do Profissional de Educação Física no cenário lamentável de infecção humana SARS-CoV-2 - Pandemia Covid-19. Elucidar não basta; dar continuidade, sim. Assim, a atuação do Profissional de Educação Física deve ser repensada. A Educação Física e a sociedade brasileira precisam dialogar com a tecnologia. Com isso, contribuir com Podcasts sobre atividade física com elucidações sobre os níveis de atenção primária, secundária e/ou terciária em Saúde e a atuação do Profissional de Educação Física.

REFERÊNCIAS

Barry, Loewer. (03 de maio de 2020) *Filosofia: 50 conceitos explicados de forma clara e rápida* / editor Barry Loewer; prefácio Stephen Law; [tradução Ricardo Ploch].

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Promoção da Saúde. (27 de novembro de 2021) *Guia de Atividade Física para a População Brasileira* [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção Primária à Saúde, Departamento de Promoção da Saúde. – Brasília https://bvmsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_atividade_fisica_populacao_brasileira.pdf

Chew, Han Shi Jocelyn, Lopez, Violeta. (8 de outubro de 2021). *Global Impact of COVID-19 on Weight and Weight-Related Behaviors in the Adult Population: A Scoping Review*. Han Shi Jocelyn Chew, Violeta Lopez. PMID: 33671943 - PMCID: PMC7919006 - DOI: 10.3390/ijerph18041876 Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/33671943/>

CONFEE – (5 de novembro de 2021). *A Estratégia do Sujeito Coletivo na Prevenção e Promoção da Saúde*. Conselho Federal de Educação Física. Carta Brasileira de Prevenção Integrada na Área da Saúde na perspectiva da Educação Física. Disponível em: <https://www.confef.org.br/confef/conteudo/30>

_____ - (5 de novembro de 2021). *Resolução do CONFEE define atuação profissional em hospitais*. Conselho Federal de Educação Física. Revista Educação Física – 75/2020. <https://www.confef.org.br/confef/comunicacao/revistaedf/4683>

De Paula, Paulo Henrique Alexandre. *As dimensões do ser humano e o cuidado de enfermagem no contexto pandêmico da COVID-19* - Las dimensiones del cuidado del ser humano y de la enfermería en el contexto pandémico de COVID-19 -Paulo Henrique Alexandre de PaulaPatricia Neyva da Costa PinheiroEdna Johana Mondragón-SánchezMaria Isabelly Fernandes da CostaCleia Parente RodriguesJoão Víctor Lira Dourado - <https://doi.org/10.1590/2177-9465-EAN-2020-0321> - <https://www.scielo.br/jean/a/38BWys4xzMpjRwF94Dwcc3S/abstract/?lang=pt>

Fonseca, Dirce Mendes. (28 de novembro de 2021). *A pedagogia científica de Bachelard: uma reflexão a favor da qualidade da prática e da pesquisa docente* - Bachelard's scientific pedagogy: a reflection in favor of the quality of teacher practice and research - <https://doi.org/10.1590/S1517-97022008000200010> <https://www.scielo.br/ep/a/CBVGTw8r6K8tf8fGNrDt8K/?lang=pt>

Bardoni, Viviana Graziela de Almeida Vasconcelos e Carvalho, Yara Maria de. (23 Novembro 2021). *Práticas Integrativas e Complementares em saúde na formação em Educação Física: avanços, desafios, velhos e novos embates*. Saúde e Sociedade [online]. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-12902021200872>>. Epub 02 Ago 2021. ISSN 1984-0470. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902021200872>.

Garvey, James. (03 de maio de 2021) *A história da filosofia* / James Garvey e Jeremy Gestão de Saúde Pública – (19 de outubro de 2021) - Atenção Primária, Atenção Secundária, Atenção Terciária - Portal de Conteúdo – Disponível em: <https://gestaodesaudepublica.com.br/atencao-primaria-atencao-secundaria-atencao-tercearia/>

Hoffman, Jonathan D; Shayegani, Ramona; Spoutz, Patrick M; Hillman, Ashley D; Smith, Jason P; Wells, Daina L; Popish, Sarah J; Himstreet, Julianne E; Manning, Jane M; Bounthavong, Mark; Christopher, Melissa L D. (26 de novembro de 2021). Virtual academic detailing (e- Detailing): A vital tool during the COVID-19 pandemic J AM Pharm Assoc (2003); 60 (6): e95- e99, 2020. Artigo em Inglês I MEDLINE I ID: mdl-32747164.

Jones, Amie Wallaman, Perakakis, Pandelis, Tsakiris, Manos, Schmid, Mirko. (12 de outubro de 2021). *Physical activity and interoceptive processing: Theoretical considerations for future research*. **PMID: 33965423** DOI: 10.1016/j.ijpsycho.2021.05.002 <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/33965423/>

Oliveira, Daniel José Silva. (30 de setembro de 2021) *Gestão Social: Epistemologia para Além de Paradigmas*. <https://doi.org/10.1590/1984-92302021v28n9805PT> Disponível em: <https://www.scielo.br/j/osoc/a/qJPRsN7wx7CD8Pq6jkVbjhd/abstract/?lang=pt>

Oliveira, Sérgio Oliveira. (10 de outubro de 2021). *DA POLARIDADE BIOS - CULTURAL À REDE DE SENTIDOS OUTROS CAMINHOS POSSÍVEIS PARA A EDUCAÇÃO FÍSICA*. Curitiba, v. 12, n. 1, p. 43-56, junho 2020. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/alesde/article/view/71987>

Thimmapuram Jayaram, Pargament, Robert, Bell, Theodore, Schurk Holly, Madhusudhan Divya K. (22 de outubro de 2021). *Heartfulness meditation improves loneliness and sleep in physicians and advance practice providers during COVID-19 pandemic* - PMID: 33682592 DOI: 10.1080/21548331.2021.1896858 <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/33682592/>

CULTURA E LUGAR: UM ESTUDO DE CASO SOBRE OS COGNOMES DOS MUNICÍPIOS GAÚCHOS

Data de aceite: 02/05/2024

Alberto Yates Moroni

Mestre em Geografia pela UFSM
Professor da rede pública de Guaporé –
RS
<https://lattes.cnpq.br/4435719024666269>

RESUMO: Este trabalho tem a intenção de estudar os Cognomes concedidos aos municípios gaúchos. Partindo-se do estudo da Toponímia, uma ciência multidisciplinar que estuda o nome dos lugares, aqui pretendemos, através de um levantamento realizado em autores da Geografia Crítica, Humanística e Cultural, refletir sobre o conceito de Lugar e suas relações com a concessão de títulos de Capital Nacional aos municípios gaúchos. O estudo presente mostrou-se eficaz no que tange à motivação dos Cognomes municipais, assim como uma forma de identificação da cultura local perante outra, o que também ajuda no ressurgimento e/ou afirmação de uma cultura local/regional. Por último, salientamos o tombamento da cidade como reflexo da concorrência entre os lugares, em tempos de Globalização, procurando sempre algum retorno financeiro ao Lugar.

PALAVRAS-CHAVE: Geografia Cultural. Geografia Humanística. Cognomes de municípios. Apelidos. Alcinha.

CULTURE AND PLACE: A CASE STUDY ON THE SURNAMES OF MUNICIPALITIES GAUCHOS

ABSTRACT: This work aims to study the Surnames granted to municipalities in Rio Grande do Sul. Starting from the study of Toponymy, a multidisciplinary science that investigates place names, we intend to reflect on the concept of Place and its relationship with the granting of National Capital titles to municipalities in Rio Grande do Sul, through a survey conducted on authors within Critical, Humanistic, and Cultural Geography. The present study proved to be effective regarding the motivation behind municipal Surnames, as well as a means of identifying local culture in relation to others, which also contributes to the resurgence and/or affirmation of local/regional culture. Finally, we emphasize the designation of the city as a reflection of competition among places in the era of Globalization, always seeking some financial return to the Place.

KEYWORDS: Cultural Geography. Humanistic Geography. Municipal Surnames. Nicknames.

INTRODUÇÃO

A linguagem é o instrumento que mais salienta a cultura de um lugar ou região. Nela está explícito intenções humanas que são consideradas pelo grupo social para definir algo.

Várias ciências se debruçam sobre o estudo da origem dos nomes dos lugares e das pessoas em geral.

Inserida no campo da Lexicologia, a Onomástica é a ciência que estuda os nomes próprios. Ela pode ser dividida em Antroponímia (estudo dos nomes próprios das pessoas) e Toponímia (estudo do nome dos lugares).

A Toponímia atualmente adquire um caráter interdisciplinar. Assim, o cientista que a estuda pode desvendar “a formação social da época da denominação, o sistema econômico vigente, a visão religiosa e mitológica, a cultura, os grupos sociais e até mesmo o modelo agrícola” (SILVA, MORAES, 2015, p. 2).

Os Cognomes dos municípios do Brasil são um exemplo dessa prática social, pois derivam de uma herança histórica, econômica e cultural, ou seja, derivam da experiência da pessoa e do grupo social com o seu Lugar.

Este artigo tem o objetivo de estudar os Cognomes aplicados aos municípios do Rio Grande do Sul. Através de um levantamento teórico sobre o assunto, pretende-se estudar o surgimento e ampliação do pertencimento ao Lugar, dentro de uma Geografia Crítica, Cultural e Humanística. Para melhor refinar a pesquisa, optou-se por realizar uma reflexão sobre os cognomes dados aos municípios gaúchos por leis federais aprovadas pelo Congresso Nacional brasileiro.

Dessa forma, procura-se demonstrar que a escolha dos cognomes em nível local, demonstra o interesse da comunidade e das suas lideranças em promover um orgulho do Lugar, ao mesmo tempo em que procura diferenciá-lo de outro Espaço, procurando dar um retorno turístico econômico a longo prazo ao espaço em questão.

METODOLOGIA

O presente artigo baseia-se na revisão teórica de geógrafos da Geografia Cultural, Crítica e Humanista, além de outros.

Nesse sentido, foram estudadas questões culturais a respeito da aplicação de nomes e títulos para cidades e municípios, a sua Lexicologia e Toponímia.

A partir da Toponímia, elencamos os Cognomes ou Epítetos dos municípios gaúchos segundo lei federal aprovada no Congresso Nacional até maio de 2023.

A partir de então, refletimos sobre o advento da cultura no lugar. Por último, refletimos sobre as intenções e consequências da escolha dos Cognomes de cidades para a economia e cultura locais.

RESULTADOS

O ato de nomear lugares advém de tempos imemoriais. Nomeiam-se os seres humanos e os lugares, com o propósito de tornarem-se únicos, assim como a sua posterior identificação.

A Toponímia, sem dúvida, materializa a identidade do lugar. No caso do Brasil, ela reflete as origens dos nomes geográficos de natureza indígena, africana ou portuguesa.

Santos (2008) utiliza o conceito de Geonímia para a palavra Toponímia, no sentido de nomes próprios dos lugares e acidentes geográficos.

Fischer (2020, p. 13) classifica os topônimos dos municípios do Rio Grande do Sul, segundo sua origem, em geológica, mineralógica, botânica, zoológica, orográfica, hidrográfica, caminhos, agrupamentos humanos, estabelecimentos religiosos, estabelecimentos comerciais, antropônimos, efemérides, abstratos e metafóricos.

Os Topônimos sempre aplicam-se em escala reduzida, ao nível local. Assim, o Espaço em que se dá a identidade entre homem e natureza é sempre no Lugar, que pode ser desde o espaço da poltrona até o espaço mundial.

Ao definir o Espaço como um conjunto indissociável, solidário e contraditório, de sistemas de objetos e ações, em um quadro único onde a história se dá, Milton Santos (2009, p. 63) dá importância fundamental ao Lugar, enquanto espaço da vivência humana valorizada e datada pela existência da Técnica.

Desse modo, para Santos (2009) a história do Lugar não se dá sem o advento da Técnica, que pode ser datada com precisão. Ao mesmo tempo, Santos (2008, p. 152) define o Lugar como “uma porção da face da Terra identificada por um nome”.

Relph, um dos principais expoentes da Fenomenologia, define o Lugar como o “centro profundo da existência humana, cuja essência estaria na intencionalidade grandemente não-autoconsciente” (apud FERREIRA, 2002, p. 47).

Tuan (2013) define o Lugar por três palavras-chave: percepção, experiência e valores. Para Tuan (2013), os lugares podem ser apreendidos através de uma experiência total, que engloba relações íntimas com o espaço, relações próprias (Insider) e relações externas (Outsider). O mesmo Tuan (2013) reconhece que o Lugar é o espaço construído pela experiência da pessoa. Essa experiência é, segundo ele, uma criação de sentimento (emoções) e pensamento (percepções sensitivas). Para ele, o “Espaço transforma-se em Lugar à medida que adquire definição e significado” (TUAN, 2013, p. 167).

Buttimer, ao unir a Fenomenologia e o Existencialismo, define o Lugar como sendo o mundo vivido (*lifeworld*). Ressaltando a falta de escala geográfica ao conceito de lugar, Buttimer (apud Ferreira, 2002, p. 55) comenta que “cada pessoa está rodeada por camadas concêntricas de espaço vivido, da sala para o lar, para a vizinhança, cidade, região e para a nação”.

Desse jeito, o geógrafo humanista não difere o Lugar segundo a escala. Pelo contrário, para o autor, o Lugar estaria presente em nível micro ou macro, a depender do sentimento de pertencimento do ser humano ao espaço. Tuan (2013, p. 183) também afirma isso ao comentar que “o lugar existe em diferentes escalas”.

Assim, em nível nacional, por exemplo, o amor ao lugar poderia ser chamado de Nacionalismo. Enquanto que a nível local, não haveria uma definição a esse pertencimento.

Ao definir o Patriotismo como amor pela pátria ou terra natal, Tuan (2012, p. 146) admite que há dois tipos de Patriotismo: o local e o imperial. Ao fazer um levantamento histórico do assunto, ressalta que nas civilizações antigas, como na Grécia, Fenícia, Roma e durante a Idade Média, o Patriotismo refletia-se apenas em um sentimento local. E que o Patriotismo Nacional apenas tornou-se realidade com o Estado moderno.

Ao concluir que o Egocentrismo e o Etnocentrismo são traços humanos universais, Tuan (2012) comenta que “a ilusão da superioridade e centralidade provavelmente é necessária para a manutenção da cultura” (TUAN, 2012, p. 55). Exemplifica isso ao afirmar que civilizações, países, regiões e municípios sempre mostraram-se superiores aos seus vizinhos, em um ambiente Etnocêntrico. Para ele, “vereadores e os assessores parecem reconhecer esse fato e corajosamente tentam manter um sentido de centralidade” e superioridade em sua cidade.

O período técnico-científico atual, a Globalização, não permitiu ainda a existência da homogeneização mundial e local. Pelo contrário, Milton Santos (2009, p. 246) afirma que a globalização da economia permitiu reforçar as diferenças regionais e ressaltar as especificidades locais.

Para complementar o conceito de Lugar, Ferreira (2002, p. 51) define o lugar como “produto da experiência pessoal vivida, permeado de dimensões simbólicas, culturais, políticas e sociais, [que] só adquire uma identidade e significado através das intenções humanas atribuídas a ele”.

Portanto, a identidade é o que difere o grau de pertencimento entre um grupo e outro para o mesmo Espaço, dando pertencimento (Topofilia) ao local, transformando-o em Lugar.

Aqui a Topofilia pode ser definida como “todos os laços afetivos dos seres humanos com o meio ambiente material” (TUAN, 2012, p. 136), e que diferem muito em intensidade, sutileza e modo de expressão. Esta Topofilia considera o Lugar a partir da percepção, atitudes e valores humanos. A Percepção pode aqui ser definida como “a resposta dos sentidos aos estímulos externos como a atividade proposital, na qual certos fenômenos são claramente registrados, enquanto outros retrocedem para a sombra ou são bloqueados” (TUAN, 2012, p.18).

Mesmo que a identidade do lugar mude no tempo, Moreira e Hespanhol (2007, p. 52) comentam que “a localização física estática, as atividades, os significados e o espírito do lugar compõem a sua identidade”.

Harvey (apud Ferreira, 2002, p. 60) define o Lugar como uma construção social tecido pela relação espaço-tempo e ambiente. Ao complementar Harvey, Carlos (2007, p. 22) comenta que

o lugar é produto das relações humanas, entre homem e natureza, tecido por relações sociais que se realizam no plano do vivido, o que garante a construção de uma rede de significados e sentidos que são tecidos pela história e cultura civilizadora, produzindo a identidade, posto que é aí que o homem se reconhece porque é o lugar da vida.

Tuan (2012, p. 277) comenta que “o orgulho cívico e a concorrência econômica frequentemente associam-se para atribuir rótulos às cidades (cognomes ou epítetos) que visam captar o que têm de incomparável”. Assim, o “cognome pode complementar o símbolo visual”, dando notoriedade regional, nacional ou internacional à cidade rotulada. Desse jeito, com a criação e reconhecimento, a cidade rotulada torna-se única.

A partir do momento em que a cidade é glorificada com um epíteto, a população local (comerciantes, líderes políticos, jornalistas, artistas, etc.) apodera-se deste e começa a propagar as virtudes e reputação únicas da cidade.

Tuan (2013) já realizava um trabalho teórico sobre o orgulho nacional/regional/local no mundo. Ele salienta que esse sentimento faz parte da natureza humana, ao destacar a China e a Grécia antigas.

Na Grécia, Tuan (2013, p. 214) salienta que “a competição entre as cidades-estados acendia o fervor patriótico e promovia em cada estado uma consciência mais profunda de sua própria individualidade”. Assim, Atenas se orgulhava de seu governo, enquanto Esparta se orgulhava de seus soldados.

Desse jeito, o século XXI surge com a Globalização expandindo seus tentáculos a todos os Lugares, que ainda acumulam sua história local, sua identidade e seu pertencimento. Como reflexo contraditório, a “guerra dos lugares” (CARLOS, 2007) torna-se cada vez mais acirrada.

Nesse contexto, a criação de Epítetos ou Cognomes para os municípios e cidades brasileiras tornam-se corriqueiras neste início de século, procurando vangloriar o que a cidade possui de mais saliente perante outros Lugares.

O Epíteto, Cognome, Codinome, Apelido ou Alcinha define-se, a grosso modo, como um adjetivo ou rótulo urbano dado a um Lugar ou Cidade/Município. Surgido ao longo do tempo daquele local, o Cognome torna-se, a partir do momento em que é adotado extraoficialmente ou oficialmente (na forma de lei), um Lema ou estilo de vida a seguir pela população e tradições locais.

Desse modo, a criação de Cognomes com a definição de “berço de”, “terra de”, ou “Capital de” alguma qualidade torna-se corriqueira para a distinção da cultura local perante outros espaços.

Assim sendo, entre janeiro de 2006 e maio de 2023, o estado do Rio Grande do Sul foi o estado do Brasil que mais teve projetos de lei aprovadas no Congresso Nacional, com o Epíteto de “Capital Nacional”.

O estado contou, até essa data, com 14 (catorze) municípios com Projeto de Lei aprovado no Congresso Nacional; enquanto Santa Catarina e São Paulo contaram, respectivamente, com 11 (onze) municípios; Paraná com 6 (seis) municípios; Rio de Janeiro com dois municípios; e Espírito Santo, Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Maranhão, Sergipe e Amazonas com um município, respectivamente.

Salienta-se que o Projeto de Lei que tombou o município como “Capital Nacional” de algo, foi proposto, geralmente por algum deputado federal ou senador do estado do Rio Grande do Sul, por conhecer de antemão a história e cultura do município.

Desde 2006 o Senado Federal concede o título de Capital Nacional aos municípios brasileiros. Passo Fundo foi o primeiro município gaúcho e brasileiro a receber a honraria, reconhecido pela Lei Federal nº 11264, de 02/01/2006. A seguir, tivemos os seguintes municípios gaúchos reconhecidos em lei: Não-me-Toque, como Capital Nacional da Agricultura de Precisão (Lei Federal nº 12744, de 10/07/2007); Nova Petrópolis, como Capital Nacional do Cooperativismo (Lei Federal nº 12205, de 19/01/2010); Ipê, como Capital Nacional da Agricultura Ecológica (Lei Federal nº 12238, de 19/05/2010); Carlos Barbosa, como Capital Nacional do Futsal (Lei Federal nº 13503, de 01/11/2017); Teutônia, como Capital Nacional do Canto Coral (Lei Federal nº 13563, de 21/12/2017); Farroupilha, como Capital Nacional do Moscatel (Lei Federal nº 13795, de 03/01/2019); Gramado, como Capital Nacional do Chocolate Artesanal (Lei Federal nº 13990, de 17/04/2020); Lagoa Vermelha, como Capital Nacional do Churrasco (Lei Federal nº 14256, de 30/11/2021); Ijuí, como Capital Nacional de Etnias (Lei Federal nº 14280, de 28/12/2021); Esteio, como Capital Nacional da Solidariedade (Lei Federal nº 14425, de 27/07/2022); Guabiju, como Capital Nacional do Guabiju (Lei Federal nº 14569, de 05/05/2023); Sant’Ana do Livramento, como Capital Nacional da Ovelha (Lei Federal nº 14570, de 05/05/2023); Bagé, como Capital Nacional da Criação de Cavalos da Raça Puro-Sangue Inglês (Lei Federal nº 14571, de 05/05/2023).

Não obstante o alto número de cidades requerendo serem reconhecidas por algo diferente, o estado do Rio Grande do Sul ainda possui outros municípios que requeriram o reconhecimento federal. Assim os municípios que protocolaram Projeto de Lei no Senado Nacional foram: Agudo - Berço Nacional dos Dinossauros (PL 1313/2021); Ametista do Sul - Capital Nacional da Pedra Preciosa de Ametista (PL 5617/2019); Antônio Prado - Cidade mais italiana do Brasil (PL 2613/2019); Bento Gonçalves - Capital Nacional da Indústria Moveleira (PL 6515/2019); Bom Jesus - Capital Nacional do Tropeirismo (PL 98/2015); Cachoeira do Sul - Capital Nacional do Laço Feminino (PL 3862/2019); Caxias do Sul - Capital Nacional dos Centros de Tradições Gaúchas (PL 5369/2019); Encruzilhada do Sul - Capital Nacional do Azeite de Oliva (PL 2080/2021); Erechim - Capital Nacional do Rally (PL

4273/2020); Igreja - Capital Nacional do Voluntariado (PL 5897/2019); Lagoa Vermelha - Capital Nacional da Dança da Chula (PL 5407/2019); Maquiné - Capital Nacional do Verde e Terra das Cascatas (PL 404/2022); Rio Grande - Capital mais longeva do futebol brasileiro (PL 4585/2021) e Capital Nacional das águas (PL 1199/2022); Rolante - Capital Nacional da Cuca (PL 9530/2018); Soledade - Capital Nacional das Pedras Preciosas (PL 5978/2019); Torres - Capital Nacional do Balonismo (PL 9073/2017); Palmeira das Missões - Capital berço da erva mate (PL 1499/2019); Panambi - Capital Nacional da Pós-colheita de grãos (PL 5990/2019); Vacaria - Capital Nacional dos Rodeios Crioulos (PL 3135/2017); Vila Flores - Capital Nacional do Filó italiano (PL 4830/2016).

Em um país como o Brasil, com enorme diversidade natural, social e econômica, a pluralidade das identidades locais torna-se corriqueira. Até maio de 2023, o país contava com a concessão de 52 (cinquenta e duas) leis aprovadas no Congresso Nacional (Câmara dos Deputados e Senado Federal) que concedia o título de Capital Nacional Temática a algum município, e ainda contava com o projeto de lei de mais de 180 (cento e oitenta) municípios na Câmara dos Deputados.

Perante o crescimento do pedido de reconhecimento da cultura local mediante força de lei federal, em 2016 a própria Câmara dos Deputados aprovou a lei 5766, de autoria da deputada Laura Carneiro, e encaminhou ao Senado Federal o Projeto de Lei 2102/2019, que estabelece critérios mínimos para a outorga do título de capital nacional.

Pela proposta, o objetivo da outorga destina-se aos municípios que se sobressaem pelo exercício de atividade de natureza cultural ou esportiva; pela realização de determinada atividade econômica; por sediar evento de relevância cultural, esportiva, científica ou social; por ter sido palco de acontecimento histórico de excepcional relevância; ou por possuir peculiar característica geográfica.

O projeto ainda define que não deve haver dois municípios nacionais com o mesmo título, e que não é permitido ao mesmo município deter dois títulos. Ainda prevê a realização de audiências públicas que deverão ouvir entidades civis interessadas no tema; e, que haja comprovação documental sobre a atividade desenvolvida, há pelo menos dez anos consecutivos. No entanto, o Projeto de Lei está parado no Senado Federal.

O título de Capital Nacional Temática conferido pelo Congresso Nacional Brasileiro a cidades/municípios, reflete a história e cultura locais, admirado pela população já a longa data, segundo características geográficas ou naturais, atividade econômica preponderante ou manifestação/herança cultural.

Aqui salienta-se o surgimento do Lugar como um espaço vivido, experimentado e simbolizado pela população local no cotidiano através dos órgãos do sentido e de suas afeições (o que Tuan conceituaria por Topofilia). Desse jeito, o Espaço em questão torna-se a sua identidade.

Além de homenagear a virtude da cidade, a concessão do título incentiva o orgulho regional, reforçando a identidade do povo perante o seu Lugar, além de incentivar o turismo e a economia local e/ou regional.

A História e a Cultura locais foram, assim, forjando uma estereotípia daquele município ou cidade, segundo a classe dominante que então começava a lutar pelo seu reconhecimento. Isso explica, porque o estado do Rio Grande do Sul, foi agraciado pelo maior número de leis aprovadas no Congresso Nacional com o título de “Capital Nacional” para algumas cidades/municípios, que já são historicamente reconhecidos em nível regional.

Conforme a relação acima explicitada, podemos dividir as catorze cidades gaúchas segundo o tipo da concessão. Temos assim seis cidades reconhecidas pelo exercício de atividade cultural ou esportiva (Passo Fundo, Carlos Barbosa, Teutônia, Gramado, Ijuí, Esteio), sete cidades pela realização de determinada atividade econômica (Não-me-Toque, Nova Petrópolis, Ipê, Farroupilha, Lagoa Vermelha, Sant’ana do Livramento e Bagé) e uma por possuir peculiar característica geográfica (Guabiju).

O exemplo das cidades gaúchas demonstra o interesse das elites econômicas e população em geral em destacar a singularidade do Lugar, principalmente no que se refere a aspectos econômicos.

Harvey (apud Ferreira, 2002, p. 65) confirma esta tendência econômica ao definir o lugar “como um conjunto de artefatos ecológicos materiais e rede de relações sociais, como foco de desejos e crenças, de atividades discursivas ligadas a significados simbólicos e como produto do poder político e econômico institucionalizado”.

Milton Santos (2014, p. 36), em princípio, chama a atenção para a contradição dos lugares frente à globalização: são únicos, e ao mesmo tempo, reproduzem o capitalismo global.

Assim, nas palavras de Milton Santos,

Quanto mais os lugares se mundializam, mais se tornam singulares e específicos, isto é, “únicos”. Isto se deve à especialização desenfreada dos elementos do espaço – homens, firmas, instituições, meio ambiente –, à dissociação sempre crescente dos processos e subprocessos necessários a uma maior acumulação de capital, à multiplicação das ações que fazem do espaço um campo de forças multidirecionais e multicomplexas, onde cada lugar é extremamente distinto do outro, mas também claramente ligado a todos os demais por um nexos único, dado pelas forças motrizes do modo de acumulação hegemonicamente universal (SANTOS, 2014, p. 38).

Desse jeito, por último Santos não confirma a contradição entre Lugar e Globalização, mas sim que ambos se completam e se explicam mutuamente. Assim, “o lugar é um ponto do mundo onde se realizam algumas das possibilidades deste último”, possibilidades interligadas e interdependentes (SANTOS, 2014, p. 39).

Como máximo exemplo dessa contradição capitalista, Milton Santos cita o conceito de Rugosidade. Para ele, as rugosidades nos mostram “restos de uma divisão de trabalho internacional, manifestada localmente por combinações particulares do capital, das técnicas e do trabalho utilizados” (SANTOS, 2008, p. 173).

Desse modo, temos a influência do Capitalismo internacional agindo na definição do Lugar. Mas, ao mesmo tempo, temos influências culturais e históricas que fazem parte da comunidade local há várias gerações.

Ao comentar que o Lugar é uma pausa no movimento (incessante proporcionado pela Globalização), Tuan (2013, p. 169) afirma que o Lugar, mesmo reproduzindo o Capitalismo, permite a uma localidade se tornar o centro de reconhecido valor.

Relph (apud Ferreira, 2002, p. 48), ao definir os três componentes constituintes básicos da identidade de um lugar, cita-os como sendo a localização física estática, as atividades e o significado.

O autor destaca outro aspecto da identidade do lugar, que, embora relacionado aos outros três, persiste, mesmo após modificações sofridas por eles. Ele chama este elemento de “espírito do lugar”, “sentido do lugar”, ou “gênio do lugar” (*genius loci*), que é sutil e nebuloso, mas que se constitui na própria individualidade e singularidade do lugar.

Por último, Relph (apud Ferreira, 2002, p. 48) chama a atenção para o dualismo interno-externo (outsideness-insideness) como fundamental na concepção da essência de um lugar. E é exatamente aqui neste ponto que os geógrafos humanistas reconhecem a Globalização como influenciadora no pertencimento ao Lugar.

Cabe então, à Geografia, como ciência Cultural e Humanística, estudar os fenômenos que se traduzem em nível do Lugar, mas que são resultados das influências do Capitalismo em seu atual estágio de Globalização, somado a aspectos de cunho puramente humanos.

O exemplo aqui citado, da criação de Cognomes a municípios brasileiros, traduz perfeitamente esta tendência humana em ressaltar seu município como único, mas que, às vezes, também recebeu este título a partir de um momento em que a Técnica do capitalismo mundial começou a dominar esse espaço.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo, aqui brevemente analisado, da relação entre Cultura e Lugar, em tempos de Globalização, permite traçarmos alguns resultados e prognósticos no caso em questão.

Ao estudarmos o assunto sob uma ótica da Geografia Cultural/Humanista, salientamos a busca da comunidade de um certo local em reforçar ou criar aspectos culturais que tornam esse Lugar como único no país, talvez até em nível mundial.

As consequências da concessão de um título nacional a uma certa cidade, reproduz unicamente o interesse do Lugar em questão em sentir-se único naquela atividade, muitas vezes econômicas, atraindo, em primeiro lugar, turistas e algum retorno financeiro aos cofres públicos municipais.

Essa busca por uma identidade local tem, por muitas vezes, raízes históricas, fundadas na experiência, vivência e afetividade, e em um certo nacionalismo local/regional. Por outras, como ressaltam Harvey, Milton Santos e outros geógrafos críticos/radicais, demonstram o conflito inerente à Globalização, que se traduz no Lugar.

Esse conflito, visto explicitamente no local/região, traduz as forças econômicas mundiais e locais, em eterno conflito e/ou complementaridade/possibilidade.

Assim, mediante uma reflexão cultural crítica, percebemos que o Lugar da globalização tende à competição entre os lugares ou regiões, em busca de lucro. Procura-se compreender o lugar como um processo global de trocas econômicas (como Harvey fez).

Cabe estudarmos o conceito de lugar sob uma batalha local-mundial (resistência-advendo ao Capitalismo).

Relph (apud Ferreira, 2002, p. 47) nos alerta sobre a diminuição do número de lugares significantes e de paisagens diferenciadas. Esses lugares autênticos seriam extintos por força da Globalização (conceito que ele definiu por Deslugaridade).

Amorim Filho (1999, p. 146) fala de Topocídio, que seria a “degradação e aniquilamento de paisagens, lugares, construções e monumentos valorizados” e Topo-reabilitação, como a “recuperação desses bens”.

Ao mesmo tempo, Tuan (2013, p. 9), ao comentar sobre a extinção dos lugares, nos diz que “a sobreposição de temporalidades e geograficidades não garante que as anteriores desapareçam, nem que as mais recentes perdurem”.

Buttimer também comenta a extinção do lugar pelos processos de globalização. Ao contrário, ela considera tanto a ação do Insider (aspectos internos), quanto do Outsider (aspectos externos), e propõe como mediador o geógrafo.

Para Harvey, o Lugar adquire cada vez mais importância no mundo globalizado. Estudar sua heterogeneidade, dialética e dinâmica contida na dinâmica geral (global) seria a tarefa.

Milton Santos (2008) chamou essa luta de “esquizofrenia do lugar”. Carlos (2007) define isso como “a guerra dos lugares”.

Assim, questiona-se até que momento no tempo, os Lugares serão subjugados ou reprodutores do sistema em voga mundial, o Capitalismo.

Ferreira (2000, p. 68) ao comentar que “a identidade de um lugar seria, deste modo, a expressão da adaptação, da assimilação, da acomodação e da socialização do conhecimento” daquela comunidade, nos deixa a dúvida de que o Cognome daquele Lugar seria aceito pela população por um certo período.

Relph (apud Ferreira, 2002, p. 47) chega a afirmar isso, ao comentar que “a identidade dos lugares seria função tanto das experiências intersubjetivas quanto das aparências, possuindo diversos componentes e formas que variam com a mudança das circunstâncias e das atitudes”.

Hudson (apud Ferreira, 2000, p. 73-74) afirma que com a mobilidade do capital, a Globalização não levaria à competição entre os lugares, pois esta já muda os lugares. Assim, os lugares não são fixos, mas temporários.

Para Tuan (2012, p. 277) os cognomes também mudam “quando muda o caráter da cidade”.

Por fim, segundo a teoria marxista do Fetichismo de mercadorias, Merrifield (apud Ferreira, 2000, p. 78) questiona-se se os cognomes das cidades são temporários.

Assim, percebemos e indagamos se, no futuro o epíteto de uma cidade será substituído por outro, ou a cidade conviverá com dois ou mais epítetos (algo ainda proibido pelo projeto de lei que tramita na Câmara dos Deputados). Para Marx, as mercadorias são processos que aparecem na forma de coisas, E como toda coisa, aparece e desaparece, segundo a lógica do capitalismo.

Assim, compreender a dinâmica do Lugar Global seria a tarefa principal do geógrafo cultural moderno, algo não muito fácil, e aqui tentado exemplificar na forma dos Cognomes municipais.

REFERÊNCIAS

AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno. Topofilia, Topofobia e Topocídio em MG. In: **Percepção Ambiental: A experiência brasileira**. Vicente Del Rio; OLIVEIRA, Livia de (Orgs.). 2 ed. São Paulo: Nobel, 1999.

AZEVEDO, Mariângela Oliveira de.; OLANDA, Elson Rodrigues. O ensino do lugar: reflexões sobre o conceito de lugar na Geografia. **Revista Ateliê Geográfico**. V. 13. N. 3. P. 136-156. Goiânia: dez/2018.

BRASIL. Senado Federal. Projeto de Lei nº 2102, de 2019. Estabelece critérios mínimos para a outorga do título de Capital Nacional. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?d-m=7939007&ts=1674178270513&disposition=inline&_gl=1*15lzzwc*_ga*MTk3MDg4MjkwMy4xNzAwM-Dk2MTcw*_ga_CW3ZH25XMK*MTcwMzUzMjMwNy40LjEuMTcwMzUzMzA1Mi4wLjAuMA>. Acesso em 4 nov. 2023.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: FFLCH, 2007.

CLAVAL, Paul. **A Geografia Cultural**. 3 ed. Florianópolis: EdUFSC, 2007.

CORRÊA, Roberto Lobato.; ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). **Introdução à Geografia Cultural**. 6 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

DIEDRICH, Melissa Heberle.; MACHADO, Neli Teresinha Galarce. Toponímia: cultura e patrimônio do Rio Grande do Sul. **Caderno Prudentino de Geografia**. Presidente Prudente. N. 42. V. 1. Jan-Jun 2020.

FAGGION, Carmen Maria.; MISTURINI, Bruno.; DAL PIZZOL, Elis Viviana. Ideologias no ato de nomear: a Toponímia revelando mudanças nas relações de poder de uma comunidade. **Revista Entreletras**. Araguaína/TO. V. 4. N. 2. Ago./Dez. 2013.

FAGGION, Carmen Maria.; MISTURINI, Bruno. Toponímia e Memória: nomes e lembranças na cidade. **Revista Linha D'Água (Online)**. São Paulo. V. 27. N. 2. Dez. 2014.

FERREIRA, Luiz Felipe. Acepções recentes do conceito de lugar e sua importância para o mundo contemporâneo. **Revista Território**. Rio de Janeiro. Nº 9. Jul./Dez. 2000.

FERREIRA, Luiz Felipe. Iluminando o Lugar: três abordagens (Relph, Buttimer e Harvey). **Boletim Goiano de Geografia**. Goiânia, jan/jul 2002. V. 22. N. 1. p. 43-72.

FISCHER, Jacy Waldyr. **Origem dos nomes dos municípios gaúchos e seus distritos**. Porto Alegre: Diadorim, 2020.

HEBERLE, Melissa; MACHADO, Neli Teresinha Galarce. As contribuições de Dick para o estudo da toponímia brasileira. **Revista Antares: Letras e Humanidades**. Caxias do Sul: v. 10. N. 21. Set/Dez 2018.

HOLZER, Werther. **A Geografia Humanista: sua trajetória (1950-1990)**. Londrina: Eduel, 2016.

MOREIRA, Erika Vanessa.; HESPANHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros. O lugar como uma construção social. **Revista Formação**. N. 14. Vol. 2. P. 48-60. Presidente Prudente. 2007.

PESSANHA, Letícia Alves. A celebração dos conceitos de Lugar e Símbolo na Geografia Humanística. **Revista Percurso**. Maringá. V. 8. N. 2. P. 111-135. 2016.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4 ed. São Paulo: EdUSP, 2009.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia**. 6 ed. São Paulo: EdUSP, 2014.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova: Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica**. 6 ed. São Paulo: EdUSP, 2008.

SILVA, Teresinha de Jesus Baldez e.; MORAES, Pedro Henrique Viana de. A nomeação dos topônimos: memória e história em confronto entre o passado e presente. **Revista Littera Online**. N. 10. 2015.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. Londrina: EdUEL, 2012.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. Londrina: Eduel, 2013.

TERRITORIALIDADE INDÍGENA E A PERSISTENTE COLONIZAÇÃO NO BRASIL

Data de submissão: 02/04/2024

Data de aceite: 02/05/2024

Tiago Antônio Gomes Gouveia de Sousa

Doutorando do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Direitos Humanos da Universidade Federal de Goiás (PPGIDH/UFG), campus Goiânia-GO
<http://lattes.cnpq.br/9487920011025404>

RESUMO: Este trabalho possui como intenção demonstrar a existência ainda hoje de territórios que são reivindicados pelos povos indígenas do Brasil, outrossim, das atividades econômicas ofertadas e desenvolvidas neles, muitas delas provocando a perda de suas autonomias, identidades e cultura. Com abordagem Decolonial trataremos destas questões tão atuais que impactam na vida dos povos originários deste país, a exemplo do arrendamento em terras indígenas e a mineração. Diante disso, temos os seguintes objetivos específicos: demonstrar a violação do artigo 231, § 2º da Constituição Federal de 1988, que prevê exclusividade do usufruto das terras indígenas pelos povos indígenas do Brasil; Analisar como a Teoria Decolonial pode contribuir para dirimir os conflitos envolvendo terras indígenas no

Brasil; Avaliar como o conceito de terra e território indígena podem ser significativos para concretização da demarcação dos territórios indígenas. A metodologia de pesquisa escolhida para o presente trabalho foi a revisão de literatura, numa abordagem a Teoria Decolonial, segundo a cosmovisão dos povos indígenas sobre o entendimento de terra e território. Com a pesquisa documental, fez-se também a coleta de dados.

PALAVRAS-CHAVE: território indígena; povos indígenas; colonização.

INDIGENOUS TERRITORIALITY AND PERSISTENT COLONIZATION IN BRAZIL

ABSTRACT: This work aims to demonstrate the existence, even today, of territories that are claimed by the indigenous peoples of Brazil, as well as the economic activities offered and developed in them, many of which cause the loss of their autonomy, identities and culture. With a Decolonial approach, we will deal with these very current issues that impact the lives of the original peoples of this country, such as leasing on indigenous lands and mining. In view of this, we have the following specific

objectives: demonstrate the violation of article 231, § 2 of the 1988 Federal Constitution, which provides for exclusive use of indigenous lands by the indigenous peoples of Brazil; Analyze how Decolonial Theory can contribute to resolving conflicts involving indigenous lands in Brazil; Evaluate how the concept of indigenous land and territory can be significant in implementing the demarcation of indigenous territories. The research methodology chosen for this work was a literature review, using a Decolonial Theory approach, according to the worldview of indigenous peoples on the understanding of land and territory. With documentary research, data collection was also carried out.

KEYWORDS: indigenous territory; indigenous people; colonization.

Há mais de quinhentos anos os povos indígenas do Brasil são vítimas da colonização, que perdura até o presente momento. Eles sofrem constantemente preconceito, discriminações e são vítimas de crimes como o racismo. Lidam com inúmeras violências em decorrência da colonização persistente até os dias atuais. Não obstante, a resistência e luta destes povos para conseguirem com que seus direitos e garantias constitucionais sejam respeitados pelo próprio Estado brasileiro, face a violência em não cumprir com princípios básicos como a dignidade da pessoa humana, é contínua.

Antes da invasão deste território pelos europeus, essas terras eram pertencentes aos povos nativos, todavia com a colonização e invasão delas os povos originários que aqui viviam - e ainda vivem - foram massacrados e dizimados em sua maioria. Os sobreviventes convivem com inúmeras violências sociais impostas pelo paradigma hegemônico predominante em nossa sociedade, imposto pelo sistema capitalista, que lhes excluí. Assim, estes povos são ocultados, minimizados e criminalizados. A colonização ainda hoje lhes obriga a modificarem seus valores, outrossim, que deixem suas práticas culturais.

Muitos povos sofreram genocídios, inúmeras culturas, ricas em saberes milenares foram dizimadas. Retiraram seus direitos de terem suas próprias crenças espirituais, costumes, tradições e valores. Vários povos que sobreviveram perderam suas práticas culturais, sendo obrigados a deixarem de realizarem seus rituais, de usarem suas medicinas, de cantarem e dançarem seus saberes. Centenas de povos perderam sua autonomia, identidade e valores, pois tiveram que deixar seus territórios em decorrência das invasões e expulsões praticadas pelos não indígenas.

Deste modo, ainda hoje lutam e reivindicam seus territórios, pois querem viver seus saberes, cultura e espiritualidade. O Estado brasileiro possui um histórico de negligência para com esses povos. Muitos povos originários ainda lutam pelo direito ancestral de verem seus territórios serem demarcados pelo Estado. Inúmeros indígenas morrem ainda hoje devido ao descaso do Governo em reconhecer suas terras. Muitas chacinas ocorrem todos os anos em inúmeras comunidades indígenas que veem seus territórios sagrados serem invadidos por não indígenas.

No entanto, muitas retomadas estão ocorrendo, pois, cansados da burocracia estatal em lhes reconhecerem seus territórios, estão, por si mesmos, ocupando-os novamente. E nesse processo de retomada, são assassinados, lesados e muitas vezes incompreendidos por grande parte da sociedade. O não indígena acredita que os indígenas devem ‘civilizarem-se’, e assim, deixarem suas culturas, espiritualidade e saberes ancestrais para praticarem o modo de viver do não indígena. Os valores do branco são pautados, em sua grande maioria, na busca pelo progresso e desenvolvimento econômico e social. Ora, mas para quem é esse progresso e desenvolvimento? Nota-se que os beneficiários são sempre os não indígenas, favorecidos com as explorações dos territórios e dos saberes destes povos.

Os territórios dos povos originários são preservados, ricos em biodiversidade, mas ameaçados tanto pelos civis como pelo próprio Estado, que lhes tentam retirar os direitos já conquistados e reconhecidos pela Constituição de 1988. Assim, inúmeras invasões destes territórios ocorrem todos os anos. Muitas terras são cobiçadas e reivindicadas por discursos que pregam o ‘desenvolvimento social e econômico’ para estes povos, através da exploração dos minérios, da água, fauna e flora. O que se percebe é que estes povos não são beneficiados, em nenhum momento da história deste país, pela exploração de seus territórios, muito pelo contrário, após essas atividades lhes restam a doença, perda cultural e dizimação de suas vidas. Exemplo dessas atividades ilegais realizadas nesses territórios são o arrendamento de terras indígenas para criação de gado e plantação de soja, retirada de madeiras, desmatamento para formação de plantio e pastagem para pecuária bovina, mineração, caça e pesca.

Destarte, trataremos destas questões tão atuais que impactam a vida dos povos originários deste país, a exemplo do arrendamento em terras indígenas e a mineração, que atualmente vai além da busca de ouro. Diversos garimpos ilegais procuram agora produtos muito cobiçados pelo mercado mundial, valiosos metais estão no subsolo de terras indígenas, como a cassiterita, de onde se extrai o estanho, metal de grande valor econômico.

Diante disso, temos os seguintes objetivos específicos: demonstrar a violação do artigo 231, § 2º da Constituição Federal de 1988, que prevê exclusividade do usufruto das terras indígenas pelos povos originários do Brasil; Analisar como a Teoria Decolonial pode contribuir para dirimir os conflitos envolvendo terras indígenas no Brasil; Avaliar como o conceito de terra e território indígena podem ser significativos para concretização da demarcação dos territórios indígenas.

A metodologia de pesquisa escolhida para o presente trabalho foi a revisão de literatura, numa abordagem a Teoria Decolonial, segundo a cosmovisão dos povos indígenas sobre o entendimento de terra e território. Com a pesquisa documental, fez-se também a coleta de dados. No portal “Terras Indígenas¹” foram coletados dados sobre as terras indígenas do Brasil e as que se encontram em processo de demarcação, e no portal dos “Povos Indígenas do Brasil – PIB²” foram coletados dados sobre a localização delas.

1. ISA. Instituto Socioambiental. *Situação atual das Terras Indígenas*. Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/>. Acesso em 15 de outubro de 2021.

2. PIB. Povos Indígenas do Brasil. *Localização e extensão das TIs*. https://pib.socioambiental.org/pt/Localiza%C3%A7%C3%A3o_e_extens%C3%A3o_das_TIs. Acesso em 01 de dezembro de 2021.

Constatou-se a necessidade de aprofundamento desta temática segundo a cosmovisão dos povos originários do Brasil, pois ainda há falta de pesquisas em torno dos conceitos de terra e território indígena. Essa falta de conhecimento pode estar contribuindo para o não reconhecimento e demarcação das terras indígenas em nosso país. Ademais, torna-se um indicativo da ainda persistente colonização dos povos indígenas no Brasil contemporâneo.

Acreditamos que a teoria decolonial contribuirá com o presente trabalho, pois possibilita uma crítica construtiva sobre o entendimento de terra e território indígena, face o entendimento destes conceitos sob a ótica da produção de conhecimento da episteme eurocêntrica. As perspectivas decoloniais permitem um novo entendimento destes conceitos sob a cosmovisão indígena. Assim, é possível termos um novo entendimento político, social e cultural das formas de pensar o território indígena, se distanciando por vez, dos modos de agir e viver imposto pelo padrão eurocêntrico, antropocêntrico e cristão.

Diante disso, a metodologia utilizada para desenvolvimento da pesquisa foi a revisão de literatura, com abordagem a decolonialidade que embasará a fundamentação teórica que adotaremos para tratar do tema terra e território indígena no Brasil contemporâneo. O problema de pesquisa diz respeito às violações constitucionais do artigo 231. Assim, por meio da análise da literatura publicada iremos traçar um quadro teórico e faremos a estruturação conceitual de terra e território indígena que dará sustentação ao desenvolvimento da pesquisa bibliográfica de trabalhos já realizados em forma de livros, artigos e literatura cinzenta (teses e dissertações).

Com a pesquisa pode-se constatar a persistente colonização no Brasil atual, sendo uma de suas consequências, a falta de reconhecimento e demarcação dos territórios indígenas, que por vez, geram inúmeros conflitos no campo. Demarcar terras indígenas é garantir os direitos constitucional dos povos indígenas à terra. Sendo de grande importância, pois garante a preservação da identidade de milhares de indígenas em nosso país. Assegurar o direito de terem seus territórios reconhecidos legalmente é uma das formas de preservar a identidade, o modo de vida, as tradições e a cultura dos povos indígenas do Brasil.

A FUNAI (Fundação Nacional do Índio) é o órgão indigenista oficial responsável por realizar através de políticas a demarcação das terras indígenas, bem como contribuir para diminuição dos conflitos pela posse de terras. Dessa forma, por meio de políticas públicas pode-se proporcionar um maior controle das áreas em conflito, bem como fiscalizar as de difícil acesso.

A demarcação de terras indígenas assegura a construção de uma sociedade pluriétnica e multicultural. Outra importância da demarcação das terras indígenas se dá devido a preservação ambiental, diminuição dos desmatamentos, conservação e não poluição dos mananciais de água, bem como diminuição do efeito estufa.

A Constituinte de 1988 prevê, por meio do artigo 231, que o Estado deve garantir os direitos indígenas, assegurando sua pluralidade étnica, bem como suas autonomias. E mesmo estando a União sob a responsabilidade de demarcar as terras indígenas por meio da FUNAI há violação constante destes direitos. Porquanto o direito de exclusividade do uso e gozo das terras indígenas não são respeitados pelos não indígenas.

A posse da terra é uma das principais causas de conflitos nas comunidades indígenas do Brasil. Muitas terras indígenas são invadidas, em decorrência disso há exploração dos recursos naturais nelas existentes, como extração ilegal de madeira, minérios, caça e pesca ilegais.

As terras indígenas fazem parte do território brasileiro e são responsáveis pela garantia da existência desses povos. Por meio do território é garantido a vida, autonomia e práticas culturais deles. E nesse território que há o exercício das atividades produtivas, como agricultura, coleta de alimentos e subsistência dos povos. Assim, um meio ambiente preservado é de fundamental importância para garantir a vida destes povos.

O conceito de posse para os indígenas corresponde a natureza coletiva da mesma, e pertence à União, onde podem exercer suas atividades culturais e de subsistência, muito além do entendimento de posse defendido pelos não indígenas no direito civil. No direito temos a propriedade privada que possui valor de mercado, com vistas a lucratividade e exploração dos recursos nelas existentes.

Segundo a legislação brasileira as terras indígenas são áreas demarcadas e homologadas por meio de processo administrativo. Segundo prevê o artigo 231 da Constituição Federal de 1988 são terras indígenas aquelas imprescindíveis para sua reprodução cultural e física. Conforme dados apurados pelo Instituto Socioambiental (ISA) existem 731 terras indígenas no Brasil atual, com 268 povos diferentes (FURTADO, p. 5, 2023).

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) informou que existem no Brasil uma população de 1.652.876 indígenas, segundo dados preliminares coletados pelo Censo Demográfico do ano de 2022. Se confirmado, o resultado indica uma fatia de aproximadamente 0,8% do total de habitantes estimados para o País. Tiveram seu processo de demarcação concluídas 490 terras indígenas, ou seja, já homologadas e registradas. As demais áreas perfazem em 74 terras indígenas declaradas, 43 identificadas, 124 em processo de identificação. Sendo que 58% das terras indígenas no Brasil estão localizadas na chamada Amazônia Legal e 30% na Mata Atlântica. O estado do Amazonas possui 164 terras indígenas, seguido por Mato Grosso que tem 79 áreas, depois Pará, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul. Segundo a FUNAI: 54% das terras indígenas estão na região norte do país, 19% no Centro-oeste, 11% no Nordeste, 10% no Sul e 6% no Sudoeste (FURTADO, p. 6, 2023).

O Conselho Indigenista Missionário (CIMI) apresentou 305 conflitos relacionados as terras indígenas, onde existem exploração de recursos naturais de forma ilegal. Sendo que 43% desses conflitos estão localizados no estado do Amazonas, 42% no estado do Pará e 32% em Roraima. Essas invasões afetam em torno de 220 terras indígenas, e destaca que muitas delas houve o registro de violência contra os povos originários. Aponta ainda que a extração ilegal de madeira, o garimpo ilegal, a mineração e a pecuária são as causas dessas invasões e conflitos em terras indígenas (FURTADO, p. 7, 2023).

Há mais de quinhentos anos os povos originários do Brasil são colonizados, e assim, permanecem excluídos, diminuídos e marginalizados perante os não indígenas, que ainda acreditam que eles devem viver isolados em suas comunidades. Esses povos reivindicam respeito para com suas culturas, seu modo de vida, valores e saberes ancestrais. Suas formas de compreender a natureza, o tempo e o sagrado são distintos do não indígena.

Os povos indígenas do Brasil necessitam que seus territórios sejam estabelecidos e demarcados, pois desde a invasão de seus territórios, pelos europeus, esses povos sofrem violência. O Brasil é um país de existência e resistência indígena. A relação que os povos indígenas possuem com seus territórios é distinta dos não indígenas, por isso, precisam ser respeitados e compreendidos. A preservação ambiental se faz presente como elemento indispensável para suas sobrevivências, sem meio ambiente preservado não há vida indígena. Para que seus saberes ancestrais continuem a preservação e os cuidados para com a vida e a biodiversidade destes lugares são essenciais.

Com respeito a identidade e autonomia indígena será possível estabelecer outros paradigmas que descolonize a ignorância de não se respeitar saberes ancestrais. Não há cultura melhor do que a outra, não há conhecimentos superiores, mas sim, subjugações, discriminações e análises preconceituosas sobre os valores e vida do outro. Os indígenas não precisam que não indígenas digam o que é necessário e importante para eles, mas precisam ser ouvidos e aceitos, com dignidade humana, com respeito a suas falas, ao seu saber, com participação social.

A interculturalidade crítica e uma educação intercultural como prática social é alternativa para que as distintas culturas sejam aceitas neste país, e assim, haja respeito e harmonia no trato com o conhecimento do outro. A educação com vistas ao saber indígena deve ser uma realidade em nossa sociedade. Os saberes devem ser compartilhados para que surja uma sociedade sem violência, discriminação e sofrimento.

Muitos indígenas sobrevivem de forma precárias em suas comunidades devido a exploração de seus territórios, seja pelo garimpo ilegal e desmatamento ilegal, arrendamento ou exploração de inúmeras formas da fauna e flora de seus lugares sagrados. As queimadas e desmatamentos em território indígena são práticas recorrentes no Brasil. Porque há uma cultura não indígena que diz que os nativos devem se desenvolver, devem progredir. Ora, há mais de quinhentos anos esse discurso é pregado. E como consequência há a exploração dos territórios indígenas, o resultado é o genocídio destes povos, a destruição da fauna e da flora, o surgimento de doenças, a violência e a morte de milhares de indígenas.

Atividades como a mineração e arrendamento em terras indígenas devem ser proibidas, nos termos da Constituinte de 1988, pois destroem as identidades dos povos originários do Brasil. Acredita-se que um diálogo intercultural deve ocorrer para que a violência no campo seja superada. A educação intercultural deve ser exercida, para que se conheça a ancestralidade e a cultura dos povos originários, e assim, se consiga estabelecer outras formas de desenvolvimento social e econômico, que não seja a exploração de seus territórios e subjugação dos nativos.

REFERÊNCIAS

BANIWA, Gersen. Educação e povos indígenas no limiar do século XXI: debates interculturais. Capítulo 2. Pp.59-101. In: Baniwa, Gersen. Educação escolar indígena no século XXI: encantos e desencantos / Gersen Baniwa. — 1. ed. — Rio de Janeiro: Mórula, Laced, 2019.

BANIWA, Gersen dos Santos Luciano. *O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje* / Gersen dos Santos Luciano – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

BILENKY, THAIS. Índios em Roraima criam gado em fazendas 'herdadas' de ruralistas. *Folha de São Paulo*, 2018. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/01/1954274-indios-em-roraima-criam-gado-em-fazendas-herdadas-de-ruralistas.shtml>>. Acesso em 16 maio 2018.

BRASIL. *Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. *Decreto nº 5.051/2004*. Planalto, 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5051.htm>. Acesso em 20 abril 2018.

ESSER, Gabriel Antonio. *Qual a situação das terras indígenas no Brasil?* Disponível em: <https://www.politize.com.br/qual-a-situacao-das-terras-indigenas-no-brasil/>. Acesso em 10 de outubro de 2021.

FURTADO, Paloma Cristina Costa Guitarrara. Demarcação de terras indígenas no Brasil; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilescuela.uol.com.br/brasil/demarcacao-terras-indigenas-no-brasil.htm>. Acesso em 31 de março de 2023.

FREITAS JÚNIOR, Luís de. *O direito fundamental dos índios à posse das suas terras*. Conteúdo Jurídico, Brasília-DF: 16 ago. 2013. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.44739&seo=1>>. Acesso em: 19 jan. 2018.

GALLOIS, Dominique Tilkin. *Terras ocupadas? Territórios? Territorialidades?* Disponível em: https://pib.socioambiental.org/files/file/PIB_institucional/dgallois-1.pdf. Acesso em 20/11/2021.

GONZÁLEZ, Miguel. Autonomías territoriales indígenas y regímenes autonómicos (desde el Estado). In: GONZÁLEZ, Miguel; MAYOR, Araceli Burguete Cal y; ORTIZ-T, Pablo. *La autonomía a debate Autogobierno indígena y Estado plurinacional em América Latina*. Quito: GONZÁLEZ, Miguel; MAYOR, Araceli Burguete Cal y; ORTIZ-T, Pablo. *La autonomía a debate Autogobierno indígena y Estado plurinacional em América Latina*. Quito: FLACSO, Sede Ecuador: Cooperación Técnica Alemana - GTZ: Grupo Internacional de Trabajo sobre Asuntos Indígenas – IWGIA: Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social - CIESAS: Universidad Intercultural de Chiapas - UNICH, 2010.

ISA. Instituto Socioambiental. *Situação atual das Terras Indígenas*. Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/>. Acesso em 15 de outubro de 2021.

HOEKEMA, André. Hacia un pluralismo jurídico formal de tipo igualitario. In: El outro derecho, número 26-27. Abril de 2002. ILSA, Bogotá D.C., Colombia, 2002.

NASCIMENTO, Sandra. *Colonialidade do Poder no Direito e Povos Indígenas na América Latina: as faces da subordinação/dominação jurídica frente ao direito de retorno às terras ancestrais dos povos indígenas Kaiowá do Tekohá Laranjeira Nande'Rú no Brasil e Mapuche do Lof Temucuicui no Chile*. Brasília. 2016. 516p. Tese (Doutorado em Direito, Estado e Constituição) – Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

PENA, Rodolfo F. Alves. Território brasileiro. *Brasil Escola*. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/brasil/territorio-brasileiro-localizacao-extensao-fronteiras.htm>. Acesso em 03 de novembro de 2021.

PIB. Povos Indígenas do Brasil. *Localização e extensão das TIs*. https://pib.socioambiental.org/pt/Localiza%C3%A7%C3%A3o_e_extens%C3%A3o_das_TIs. Acesso em 01 de dezembro de 2021.

PIMENTEL DA SILVA, Maria do Socorro. A pedagogia da retomada: decolonização de saberes. *Articulando e Construindo Saberes*, v. 2, nº 1, 2017. <https://doi.org/10.5216/racs.v2i1.49013>.

PIRES, Victor. *Corte no Censo 2021 ameaça políticas públicas para povos indígenas e tradicionais*. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/corte-no-censo-2021-ameaca-politicas-publicas-para-povos-indigenas-e-tradicionais>. Acesso em 05 de novembro de 2021.

ULLOA, Astrid. Colombia: autonomías indígenas en ejercicio. Los retos de su consolidación. In: GONZÁLEZ, Miguel; MAYOR, Araceli Burguete Cal y; ORTIZ-T, Pablo. *La autonomía a debate Autogobierno indígena y Estado plurinacional em América Latina*. Quito: FLACSO, Sede Ecuador: Cooperación Técnica Alemana - GTZ: Grupo Internacional de Trabajo sobre Asuntos Indígenas – IWGIA: Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social - CIESAS: Universidad Intercultural de Chiapas - UNICH, 2010.

LITTLE, Paul E. *Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: Por uma Antropologia da Territorialidade*. Série Antropológica, Brasília, N. 322, 2002. Disponível em: www.unb.br/dan.

VILLARES, Luiz Fernando. *Direito e povos indígenas*. Curitiba: Juruá, 2009. 350p. 2ª impressão, 2013.

WALSH, Catherine. *Interculturalidad crítica y educación intercultural*. Seminario “Interculturalidad y Educación Intercultural”. Instituto Internacional de Integración del Convenio Andrés Bello, La Paz, 9-11 de marzo de 2009. Disponível em <http://www.uchile.cl/documentos/interculturalidad-critica-y-educacion-intercultural_110597_0_2405.pdf>. Acesso em 01/10/2021.

WEIS, Bruno. *ISA. Arrendamento é um dos principais desafios na gestão territorial de áreas indígenas*. 2006. Disponível em <<https://site-antigo.socioambiental.org/noticias/nsa/detalhe?id=2287>>. Acesso em 31 maio 2018.

NO ARQUIVO: DA DIZIBILIDADE DA IMAGEM À (IN)VISIBILIDADE DO SUJEITO CRIANÇA EM VULNERABILIDADE SOCIAL

Data de aceite: 02/05/2024

Roselene de Fatima Coito
UEM-Gpleiadi-CNPq/UEM

RESUMO: O filósofo francês Jacques Rancière propõe em seu livro “O destino das imagens” (2012) a seguinte pergunta: O que dizem as imagens? Partindo dessa pergunta, vamos trazer imagens do sujeito criança em vulnerabilidade social no exercício do trabalho infantil. Serão as seguintes imagens: uma ilustração do trabalho infantil nas fábricas (1842 apud NM, 2011), imagens do livro-imagem “Cena de rua” (1994), da escritora e desenhista Ângela Lago, e, por fim, uma ilustração do cartunista polonês Pawel Kuczynski, produzida em 2005. A ilustração do trabalho infantil nas fábricas trata da exploração do trabalho infantil no século XIX e traz a questão da exploração devido à miséria pela qual passava a maioria das famílias europeias. Já, as imagens selecionadas do livro “Cena de rua” (1994), tratam de um menino que vende frutas na rua e dizem como se dão as circunstâncias de sua (sobre)vivência. E, por fim, traremos um desenho (20025) de um cartunista polonês, Pawel Kuczynski, contemporâneo, que

trata, sob um viés satírico, a desigualdade social. O objetivo é entender, por meio das imagens o que e como elas dizem sobre esses sujeitos crianças, as quais são ditas nas imagens e invisíveis para a(s) sociedade(s). Diante disso, a partir do conceito de arquivo, de Michel Foucault, mobilizarei, no confronto das imagens, as regularidades dessa dizibilidade, pois, no agrupamento das coisas ditas nessas imagens aparecem as regras de uma prática que tem se perpetuado, em períodos enunciativos distintos, que vão do século XIX ao XXI.

PALAVRAS-CHAVE: arquivo; imagem; trabalho infantil; vulnerabilidade social.

INTRODUÇÃO

Façamos trabalhar (...) as crianças!

Eis o que disse para si o capital quando começou a servir-se das máquinas!

Karl Marx, *O Capital*, 1867

A questão do trabalho infantil vem de longa data, mais especificamente do trabalho de crianças menos favorecidas. Pensando nisso, tenho como objeto

de estudos da minha pesquisa, a vulnerabilidade destas crianças no meio social. Para tanto, farei um recorte de três séculos, XIX, XX e XXI, em que se vê a exploração do trabalho infantil. Contudo, sendo os séculos sequenciados, isso não quer dizer que farei uma proposição linear da história, pois parto do conceito de “Arquivo”, do filósofo francês Michel Foucault, o qual (es)cava, nos períodos enunciativos, a regularidade do dizer da história e, por consequência, dos sujeitos que a fazem e, ao mesmo tempo, que dela são produtos. Para tal intento, parto de recortes de imagens do trabalho infantil em cada século citado. Do século XIX, trago as imagens e alguns dizeres de um slide do site de história (noseahistoria.wordpress.com/2015), produzido por NM, que mostra o trabalho infantil de crianças em vulnerabilidade em minas de carvão e em fábricas da Europa. Do século XX, o livro-imagem da escritora e desenhista mineira, Ângela Lago, intitulado “Cena de rua” (1994), que trata de um garoto que vive de vendas nas ruas. Por fim, do século XXI, trago uma charge de Pawel Kuczynski, desenhista e pintor polonês contemporâneo, ganhador de vários prêmios, que trata, nesta charge, das diferenças sociais (de oportunidades) entre as crianças.

Tenho como objetivo entender, por meio das imagens, o que e como elas dizem sobre esses sujeitos crianças, as quais são ditas nas imagens e invisíveis para a(s) sociedade(s). Ditas, não só porque as imagens dizem algo sobre elas e a(s) sociedade(s), mas porque as imagens são operações que se dão numa visibilidade e porque são potências de significação – articulação entre o dizível e o visível -, e enquanto potências de significação, deflagra o afeto que lhes é associado e as expectativas que lhes vêm preenchê-las, como preconiza Rancière (2012).

Deve-se ficar claro, que a preocupação do filósofo Jacques Rancière, o qual faz parte dos estudos *Histoire du visuel*, juntamente com Emmanuel Alloa, Didi-Huberman, Hans Belting, entre outros, é educar o olhar para a imagem, pois na época em que vivemos, onde há uma infinidade de imagens que circulam e numa velocidade alucinante, estes estudiosos se preocupam com uma sensibilização do olhar para o que os olhos veem, já que as imagens mostram e dizem algo e são potências de significações, naquilo que dizem, naquilo que mostram e naquilo que dão a pensar. No entanto, aquilo que se mostra e que se diz, só significará se houver uma educação do olhar e, a partir dela, como os que o olham são afetados.

Neste movimento do olhar, buscaremos o que Michel Foucault trata como regularidade das práticas discursivas, não em uma linearidade temporal, mas como “períodos enunciativos”, que escavam no dizer de todas as épocas, práticas que se repetem e se reatualizam, como é o caso do trabalho aqui proposto. Embora eu trace uma linha linear, séculos XIX, XX e XXI, é no arquivo que temos um olhar sobre as sociedades e como devemos questioná-las. Diante disso, parto, então, para o próximo tópico que objetiva trazer uma breve noção do que Foucault toma como arquivo.

DE UMA BREVE NOÇÃO DE ARQUIVO: MIRADA FOUCAULTIANA

Antes de entrar no conceito de arquivo, trago uma volta ao que Foucault, em “Arqueologia do Saber”, tomou como “uma volta na espiral”. O filósofo usa este termo para marcar uma retomada e expansão do seu pensamento em “As palavras e as Coisas- Uma Arqueologia das Ciências Humanas”, publicado na França em 1996. Neste livro, em linhas gerais, Foucault trata da linguagem, do trabalho e da sociedade. Da linguagem, podemos pensar, conforme Foucault, em como os signos têm significância na composição da linguagem. Dito de outro modo, as epistêmes que predominam em determinada época falarão como se dá aquela sociedade no campo do saber e ao tratar dela como a linguagem científica e artística foram sendo separadas por vontades de verdade.

Voltando, pois, a questão dos signos, eles têm uma condição para serem enunciados quando estabelecem relações com outra coisa. Conforme o filósofo português Castro (2009, p.136), “A análise arqueológica dos enunciados não os remete a uma instância fundadora, mas apenas a outros enunciados para mostrar suas correlações, suas exclusões etc.”, ou seja, o enunciado está ligado a um determinado referencial, o qual é regido por “leis de possibilidade, de regras de existência, para os objetos que aí se encontram nomeados, designados ou descritos para as relações que aí se encontram” (Foucault, 1986, p.149), tendo em vista que entram em relação com outras formulações e são repetíveis (Castro, 2009). Ainda de acordo com Castro, “A arqueologia é uma descrição dos acontecimentos discursivos” (Castro, 2009, p.23), pois leva em consideração suas condições de existência, determinantes de suas materialidades. Sendo assim, “os enunciados, considerados como acontecimentos discursivos, não são nem a mera transcrição do pensamento em discurso, nem apenas o jogo das circunstâncias” (Castro, 2009, p.43).

Para Foucault (1986), o arquivo define o nível de prática, tendo em vista que as regras possibilitam aos enunciados subsistirem, e ao mesmo tempo se modificarem, pois, o arquivo é a lei do que pode ser dito em um sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares. É o sistema de funcionamento do enunciado que faz aparecer uma prática e suas regras e que interroga o já-dito no nível de sua existência; aquilo que não é descritível em sua totalidade, pois que se dá por fragmentos, regiões e níveis, tendo em vista que agrupam as coisas ditas em figuras distintas segundo certas regularidades. Portanto, o arquivo é, conforme Castro, “o sistema das condições históricas dos enunciados” (2009, p.43). A arqueologia é essencialmente o estudo do arquivo, este que para se constituir se compõe de regras, e, seguindo ainda Castro (2009) são as regras: limites e formas de decibilidade, limites e formas de conservação, limites e forma de memória, limites e forma de reatualização, limites e formas de apropriação.

Sendo o arquivo não uma mera descrição que permite que os enunciados subsistam, vemos nestas regras, o modo que o arquivo se constitui. Nesta relação do arquivo com o *a priori histórico*, o discurso tem como positividade uma “unidade que não permite decidir

quem diz a verdade, quem raciocina vigorosamente”, pois o *a priori histórico* é “a condição de realidade para os enunciados”, é “a condição das coisas efetivamente ditas”, as quais “não escapam à historicidade” e se dá “em um conjunto transformável”. (Foucault, 1986, p. 145 – 147).

Ainda conforme o filósofo, o arquivo é “o que define o modo de atualidade do enunciado-coisa; é sistema do seu funcionamento, o qual interroga o já-dito no nível da sua existência”. Por isso, “a arqueologia descreve os discursos com práticas especificadas no elemento do arquivo”. (Foucault, 1986, p.147-151). Aliado a isso, temos a correlação de enunciados em períodos histórico-enunciativos diferenciados que ao mesmo tempo forma uma memória e se reatualiza, dadas as condições de possibilidade de os enunciados subsistirem, como o caso aqui abordado de três séculos de exploração do trabalho infantil.

DA EXPLORAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL: PERÍODOS ENUNCIATIVOS

Parece ser recorrente, a naturalização do trabalho infantil para parte das sociedades. Desde a Revolução Industrial (1760 a meadas de 1840), utilizou-se da mão de obra feminina e infantil como justificativa de retirar as crianças das ruas. No entanto, não eram todas as crianças; apenas as miseráveis. Sendo a mão de obra feminina e infantil mais baratas que as dos homens, os donos do capital da época e os governantes, utilizavam-se de um discurso moralista e “sanitarista” para tal efeito. De acordo com o site <https://noseahistoria.wordpress.com/2015/12/31/2015-in-review>, publicado por NM, em 5 de maio de 2011, com o texto “A exploração do trabalho infantil no século XIX”, o ministro do comércio português, (Nov. 1839), assim justifica a regulamentação de tal trabalho:

A admissão de crianças nas fábricas a partir de 8 anos é, para os pais, um meio de vigilância, para as crianças, um começo de aprendizagem, para a família um recurso. O hábito da disciplina e do trabalho deve adquirir-se cedo. A criança que entra aos 8 anos na oficina (...) chega aos dez mais capaz de suportar a fadiga, mais hábil e instruída que uma criança da mesma idade educada na ociosidade.

(NM, 2015, Slide 8)

Essa normalização dos trabalhos em fábricas e, também em minas, para as crianças pobres e miseráveis, tinham, na vigilância e no castigo das mesmas, uma forma de educação austera, que não levava em consideração a fragilidade do corpo infantil, como podemos ver nos relatos subsequentes:

Com que idade começou a trabalhar na fábrica? Quando tinha 6 anos.

- Qual era o horário de trabalho nessa fábrica? Das 5 da manhã até às 9 da noite, quando havia muito trabalho.
- Quanto tempo tinham para as refeições? 40 minutos ao meio-dia
- Tinham o hábito de chicotear os últimos a fazer o trabalho? Sim.
- Alguma vez foi chicoteada? Sim.

- Podia comer a sua comida na fábrica? Não, na verdade não tinha muito para comer, e o pouco que tinha, também não podia comer, o meu apetite era muito fraco e a comida estava sempre cheia de pó.

- Está a falar do pequeno-almoço? Sim.

- Supondo que não chegava a horas de manhã, quais seriam as consequências?

Se chegássemos um quarto de hora mais tarde, eles tiravam meia hora ao salário; apenas recebíamos 1 penny por hora, e eles tiravam ½ penny.

Testemunho de Elizabeth Bentley, operária têxtil

(NM, 2015, Slide 3)

Pensa que mesmo que o vigilante fosse uma pessoa humana, ser-lhe-ia necessário bater nas crianças, para as manter atentas e despertas até ao fim do dia? Sim, a máquina produzia uma quantidade de mantas cardadas a um ritmo regular e, claro, eles tinham de manter o mesmo ritmo de trabalho durante todo o dia; tinham de acompanhar a máquina, e, por muito humano que o vigilante fosse, ele tinha de fazer acompanhar o ritmo da máquina ou era apanhado em falta, portanto, ele incitava a criança a trabalhar de várias formas, mas o recurso mais comum era chicoteá-los quando caíam no sono.

Testemunho de Matthew Crabtree, operário têxtil

(NM, 2015, Slide 5)

Sou operária das portas de ventilação nos poços Gawber. Isso não me cansa, mas tenho de trabalhar no escuro e tenho medo. Entro às 4 horas, às vezes às 3h 30m, e saio às 5h 30m da tarde. Nunca adormeço. Às vezes canto quando tenho luz, mas nunca no escuro; não me atrevo a cantar nessa altura. Às vezes, tenho muito sono quando vou de manhã. Eu vou à escola aos domingos. (...) Ensinam-me a rezar. (...) Ouvei falar de Jesus várias vezes. Não sei porque é que ele veio à terra e não sei porque é que ele morreu, mas ao menos ele tinha pedras onde repousar a cabeça.. (...) Gostaria mais de estar na escola do que na mina.

Testemunho de Sarah Gooder, 8 anos, mineira

(NM, 2015, Slide 7)

Pelo que vemos no testemunho destas crianças, o trabalho infantil, era recorrente com a justificativa de que “ociosas” virariam vagabundas e marginais, sem, contudo nesta época, o vislumbre de oportunidades socioeducacionais, tendo em vista que, neste momento histórico, em que a Revolução Industrial se estabiliza nos países europeus, principalmente, o corpo destas crianças eram praticamente a extensão das máquinas, fossem elas trabalhadoras de fábricas ou de minas.

Não diferente deste momento histórico, no Brasil se perpetua essa prática discursiva de que a criança pobre deve trabalhar. No site Observatório3setor.org.br (2023), em 06 de julho de 2023, saiu uma reportagem feita por Maria Fernanda Garcia sobre o resgate de 702 crianças (de 13 até 17 anos) em situação de trabalho infantil. De acordo com a reportagem,

algumas situações de exploração eram graves e recorrentemente se davam em grandes capitais, onde as crianças trabalhavam em porstiuições tráficos de drogas, muitas vezes comandas por cafetões e pela própria família. De acordo com a reportagem, a pobreza ainda é a maior causa do trabalho infantil, sendo que são 1,8 milhões de brasileiros vivendo com a renda de R\$269,00 reais no campo e na cidade, onde o custo de vida é mais elevado e chega a R\$347,00.

Diz o auditor fiscal do trabalho infantil, Roberto Padilha Guimarães:

Há o trabalho infantil para a própria família; o informal, onde há crianças vendendo produtos, por exemplo, em sinais de trânsito; e algumas situações em que crianças são exploradas. [...] Já encontramos crianças trabalhando na construção civil, que é considerada situação de alto risco; vendendo bebidas alcoólicas, atividade proibida; em serralherias, que trazem riscos com as máquinas. Este é o nosso foco: a retirada de crianças e adolescentes em situação de exploração nas piores formas.

Garcia, M.F. <https://observatorio3setor.org.br/noticias/brasil-702-criancas-foram-resgatas-do-trabalho-infantil-em-2023/> acesso 05/02/2024.

Diante deste quadro, o Ministério do trabalho e Emprego lançou o “Manual de Perguntas e Respostas sobre Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente”, no dia 16 de junho de 2023, baseado na Agenda 2030, com Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU e o texto traz explicações e orientações que visam erradicar o trabalho infantil no Brasil até 2025. Na gestão do ex-presidente Bolsonaro, haviam crianças com idade entre 5 e 17 anos em situação de trabalho infantil no país, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE). No entanto, permite-se que haja trabalho infantil no Brasil como aprendiz entre 14 e 16 anos, e entre 16 e 17 anos desde que não sejam atividades noturnas, insalubres, perigosas e penosas, nelas incluídas as 93 atividades relacionadas no Decreto nº 6.481/2008 (lista das piores formas de trabalho infantil).

Mesmo com as políticas públicas e o levantamento de dados do IBGE, na atualidade, tendo em vista que no governo Bolsonaro órgãos de proteção à criança, como o CONANDA, tenham sido desfeito (em 2019) e os dados não da época não divulgados, o número ainda permanece alto e a causa ainda é a pobreza em que vivem estas crianças e adolescentes. Outrossim, ainda há uma parcela da população que naturaliza o trabalho infantil, com, praticamente, a mesma justificativa do ministro do comércio português pronunciada em 1839, por ocasião da regulamentação do trabalho infantil. Diante disso, passo, então, às imagens para analisar a repetição de uma prática e uma prática discursiva das sociedades que se perpetuam ao longo de três séculos, tomando-os, portanto, como “períodos enunciativos”.

DO SÉCULO XIX AO SÉCULO XXI: DO ARQUIVO DAS IMAGENS COMO UM MONUMENTO DE PERÍODOS ENUNCIATIVOS

Como o objetivo aqui é trazer a regularidade discursiva nas imagens, não posso deixar de tratar da questão que os filósofos da imagem, mais especificamente Jacques Rancière toma como papel da imagem. Ele questiona: o que diz a imagem? Neste questionamento, o filósofo preocupa-se em tomar as imagens como operações que se dão numa visibilidade e que articulam o visível e o dizível. Para ele, também, as imagens são potências de significação e só olhar educado para as imagens será, por elas, afetado. Neste sentido, a proposta aqui é, pelo menos, sensibilizar o olhar para algo recorrente em três séculos: a exploração por trabalho infantil. Para tanto, começo trazendo as imagens.

No site <https://noseahistoria.wordpress.com/2015/12/31/2015-in-review>, publicado por NM, em 5 de maio de 2011, com o texto “A exploração do trabalho infantil no século XIX”, há as seguintes imagens:

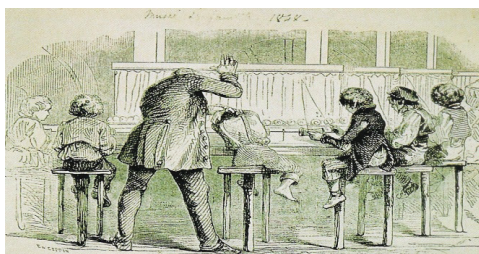


FIGURA 1. NM. “A exploração do trabalho infantil no século XIX”. <https://noseahistoria.wordpress.com/2015/12/31/2015-in-review>. Acesso 06/06/2023.

Como se pode ver, a primeira imagem é de dois jovens que trabalham em minas, provavelmente, de carvão. O lugar parece insalubre e escuro e ambos empurram com força um carrinho carregado. Os corpos parecem frágeis e lhes são exigida uma força descomunal, refletida na cabeça encostada do jovem no carrinho e na sua feição “desanimada”. Aqui, pode-se recorrer ao relato de Sarah Gooder, de 8 anos de idade, que trabalha em uma mina e que diz que o trabalho vai de 3 ou 4 horas da manhã até às 5h30 da tarde. Vê-se pelas vestes das crianças que pertencem à classe desfavorecida, pois o jovem até mesmo sem camisa está e ambos estão descalços. Já, na segunda imagem, mostram-se várias crianças sentadas em um banquinho diante de uma máquina de tear. Uma das crianças, a que também está descalça, apanha do contramestre, o vigilante delas, um adulto que as comanda. Provavelmente a criança dormiu sobre a mesa que sustenta a máquina de tear e por isso está sendo castigada. Mais uma vez aliando aos relatos de Matthew Crabtree e Elizabeth Bentley, os quais alegam serem as crianças chicoteadas e agredidas quando dormiam no trabalho, devido ao cansaço e sono pelo tipo de trabalho que exerciam e pelo tempo de trabalho nas fábricas têxteis. Aqui, recorre-se ao que disse Marx: “ façamos trabalhar as crianças! Eis o

que disse o capital quando começou a servir-se de máquinas!”, como citado no slide do site <https://noseahistoria.wordpress.com/2015/12/31/2015-in-review>, publicado por NM, em 5 de maio de 2011, com o texto “A exploração do trabalho infantil no século XIX”.

Passou-se um século e o capital continua voraz. De acordo com Foucault, no livro “O nascimento da biopolítica” (2008), a biopolítica, seu nascimento se dão, segundo Foucault, no século XVI e XVII, com o objetivo de estabelecer as regras de governar e racionalizar suas maneiras de fazer o dever-ser do Estado tornar-se. O dever-fazer do governo deve se identificar com o dever-ser do Estado, o qual possa se tornar sólido e rico e desde o século XVIII, com a mudança da forma de governar, onde há uma limitação interna da racionalidade da governança pautada na economia política, enquanto um “regime de verdade”, momento em que nasceu o liberalismo na Europa, foi possível apreender-se o que é a biopolítica, isto é, como são regidas e geridas as existências.

Esta forma de reger e gerir as existências, na busca por uma economia política, produz um modo de a sociedade adjetivar sujeitos e coloca-los à margem, principalmente quando estes vêm de classes desfavorecidas e, isso, desde a infância, como se pode ver nas imagens seguintes:

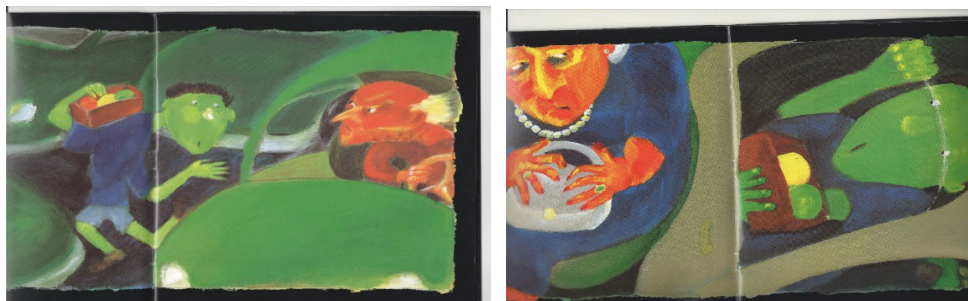


FIGURA 2. LAGO, Ângela. “Cena de rua”. (1994, s/p).

O livro “Cena de rua” (1994), produzido pela escritora e desenhista, Ângela Lago, traz, por meio de imagens, o cotidiano de um garoto que vive do trabalho informal nas ruas dos grandes centros. Nas duas imagens, mostra-se como a sociedade vê as crianças e jovens que vivem do trabalho informal nas ruas. As imagens destacadas revelam pelos gestos dos adultos como esta criança é adjetivada. Dito de outro modo, o senhor da primeira imagem olha para o garoto como se ele fosse um bandido e o garoto o olha assustado. A reação do motorista diante dele enuncia como a sociedade lida com esta criança, ou seja, como um estorvo. A própria sociedade não se vê na imagem do garoto como explorada pelo capital e, por isso o vê, com certo incômodo, como aquele vigilante de fábricas de outrora que quer e, talvez, precise chicotear este menor.

Já, na segunda imagem há uma senhora aparentando ser de classe abastada, pois ela está sentada no banco de trás do automóvel sugerindo que tem um motorista a conduzi-la. Além disso, suas vestes e acessórios confirmam tal possibilidade. Vê-se que o olhar dela para o garoto é de medo e o dele para com ela é de espanto. Em ambas as imagens, fica clara a adjetivação do garoto como um possível marginal. Mais uma vez, a imagem e a realidade se fundem, como propõe Rancière. Estas imagens têm como potência articular o ver e o dizer.

Conforme a matéria do Observatório3setor.org.br (2023), ainda há 1,8 milhões de crianças em trabalho infantil, sendo que 702 foram resgatadas no atual governo de situações de exploração sexual e financeira. Nestas imagens, o garoto faz parte das estatísticas do trabalho informal, o que, geralmente, se caracteriza, como um trabalho de autossustento.

No século XX, foi criado o Estatuto da Infância e da Adolescência (ECA), no momento de redemocratização do Brasil, posteriormente condecorado pela ONU. É uma doutrina de proteção integral à criança e ao adolescente menor de 18 anos, contendo 267 artigos. No entanto, pelas imagens que se dão como operações entre as partes e um todo, vê-se que, no todo, a população não reivindica o direito previsto no ECA, mas toma estas crianças em vulnerabilidade social como estorvos, assim como a regulamentação do trabalho infantil de 1839, na Europa.

Mesmo com o Estatuto da Infância e da Adolescência, condecorado pela ONU, por que ainda temos crianças em vulnerabilidade? De acordo com Foucault, a partir do século XVIII, a política que gere as vidas não se pauta mais na jurisdição e sim no liberalismo. Por isso, que em “A verdade e as formas jurídicas” (2002), Foucault propõe que a lei, diante desta nova racionalidade política, o liberalismo, não passa de uma utopia. Também, a sociedade civil se coloca como o poder de Estado, que em um olhar panóptico, vê nestas crianças seus inimigos, por não se enxergarem também como explorados pelo capital como dito anteriormente.

Estas imagens mostram que no século XX ainda subsistem os enunciados sobre onde devem ficar e permanecer as crianças pobres, não nas ruas, mas também não nas escolas e sim nas fábricas e outros lugares onde não incomodam a sociedade. Diz-se nas imagens, mesmo com outras formulações, a repetibilidade dos acontecimentos discursivos não como mero jogo das circunstâncias, mas como resultado de um capitalismo “selvagem”. Há uma correlação de enunciados e uma reatualização de uma memória, o que Foucault toma como “memória de arquivo”. Não diferente disso se dá a imagem abaixo:



FIGURA 3. Kuczynski, Pawel - “Infância à Luz dos Direitos Humanos” – Arte satírica – 2005. www.google.com/search?q=pawel+kuczynski+biografia&tbm=isch&source=univ&fir=dVk_je_M94pT-1M%252CtUSoM3IWMeJfgM%252C_%253BoTZnLMXaYmRgpM%252CoU5hiqubP7BV7M%-252C_%253BVnQjbGHIQmNXsM%252CYxHGoctWkwD85M%252C_%253BoEjSeWs3rHu0fM%252Cv-Z_HD6-nqbZ9gM%252C_&usg=AI4_-kR0nOsAip0g_TPXaoAgysGxE1ST3A&sa=X&ved=2ahUKEw-jbppTP57H_AhUtqpUCHXmAC50QiR56BAgsEAM&biw=1280&bih=569&dpr=1.5#imgrc=IPjnDP33F-fSZBM – TELA: “Infância à luz dos Direitos Humanos”. Acesso: 07/06/2023.

O desenhista e pintor polonês Pawel Kuczynski, Kuczynski tem ganhado muitos prêmios ao redor do mundo com sua arte que traz temas como a desigualdade social, a desigualdade racial, a devastação do meio ambiente, a falta de liberdade, entre outros temas que fazem parte do cotidiano de qualquer país. Sua arte é caracterizada como satírica. A sátira é uma forma de crítica social ao status quo e os sátiros recaem sobre um escalão superior na sociedade, como políticos e/ou personalidades de destaque social.

Nesta imagem, diz-se de duas crianças em situação social diferenciada; enquanto uma puxa um trenzinho de brinquedo, a outra puxa um caminhão supostamente de carvão, como crianças do século XIX que trabalhavam nas minas, tanto que as roupas dele são parecidas com as daquelas outras crianças. Portanto, se antes trabalhavam dentro das minas puxando os carros, hoje, trabalham puxando caminhão. Mudou a tecnologia, mas não a exploração infantil. Já, o outro garoto, tem suas vestimentas atuais – calças jeans (típicas norte-americanas), boné, tênis e camiseta (t-shirt), remetendo à imagem de uma criança supostamente do primeiro mundo. Embora o trem puxado pelo garoto lembre um brinquedo antigo, a situação entre os meninos não é a mesma: enquanto um trabalha em situação de risco e de exploração, o outro brinca.

Interessante notar nesta imagem que ela diz aquilo que não se vê nela mesma. Dito de outro modo, aquele que explora o trabalho infantil não aparece na imagem. Não há um vigilante surrando o rapaz; não há a sociedade lhe apontando o dedo; não há um político ou figura de destaque na imagem, mas há um sistema econômico político que gere esta vida e esta existência. Este sistema é o neoliberal, o capital que determina quem deve viver e quem deve morrer. O novo soberano da contemporaneidade.

Tem-se, nesta imagem, uma dupla alteridade, sendo a alteridade da imagem:

A imagem se constitui da alteridade em sua composição. A alteridade não se dá só pelo modo do fazer imagem, mas pelo do modo do olhar e pelo modo do dizer da imagem. Por isso, a imagem não é intransitiva, segundo Rancière (2012, p. 25).

Pelo fato de o corpo do menino que puxa o caminhão estar se movimentando e o corpo daquele que puxa o trenzinho estar parado diante do que vê, evidencia uma dupla alteridade na composição da imagem. Alteridade, quando de uma criança mais abastada diante de uma menos favorecida, assim como a alteridade de quem vê e observa a imagem de ambos, isto é, como essa imagem afeta quem a vê.

A articulação entre o visível (duas crianças – uma trabalhando e outra brincando) e o dizível (diferenças sociais/socioeconômicas) quebra a expectativa sobre o que se toma como infância no século XXI e, neste sentido, o efeito satírico da imagem é produzido, não para satirizar as crianças em questão, mas as sociedades sobre seu papel diante destas realidades que se fundem na imagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sem a intenção de esgotar a discussão, propus refletir como por três séculos a questão da exploração do trabalho infantil ainda permanece. Na ordem do já-dito e daquilo que se pode dizer, vê-se a repetibilidade dos enunciados sobre quem deve trabalhar na infância, isto é, a criança pobre e em vulnerabilidade social.

Na primeira parte das análises, trago imagens retiradas do site noiseahistoria12 que trata da exploração do trabalho infantil no século XIX e o relato de algumas crianças sobre sua de sobrevivência. Estas imagens dizem quem são estas crianças e quem é a sociedade que as coloca nesta situação de exploração, tendo em vista que o olhar educado para elas nos afeta quando da articulação entre o dizível e o visível, da parte para o todo. São crianças que exercem funções de trabalho de total exploração, onde seus corpos são levados à exaustação em nome de uma vontade de verdade do capital. Nesta vontade de verdade do capital, vimos que a regulamentação do trabalho infantil normatizou um discurso de que a criança nas ruas como um estorvo, um incômodo e um provável gasto do Estado-Nação para com estas crianças e jovens. Ficou evidente, tanto na fala do ministro do estado português que a “ociosidade infantil” levaria à sociedade ao caos e que melhor seriam estar trabalhando e aos olhos dos pais, os quais, também em sua miserabilidade, eram explorados, principalmente as mulheres. Mais uma vez, a economia política ditando uma governamentalidade do e pelo capital. Não diferente se dá na segunda etapa da análise.

Nesta segunda etapa, da imagem retirada do livro-imagem “Cena de rua” (1994), de Ângela Lago, há uma criança que exerce o trabalho informal de vendas de frutas nas ruas. Destaquei duas imagens que mostram e dizem de uma parcela da sociedade para com esta

criança. Pudemos ver que são adjetivadas, pelos gestos e olhares de quem as vê nas ruas, como marginais e bandidas, pois na primeira imagem o senhor que vê o rapaz lhe olha com olhar furioso e, na segunda, a senhora o olha com desconfiança, porém o jovem olha com espanto e susto diante de tais reações. Aliado a questão do já-dito, no século XX, com o Estatuto da Infância e da Adolescência e com a previsão da erradicação do trabalho infantil no Brasil até 2025, pelos dados do IBGE, o número de crianças ainda é muito alto, porém as imagens mostram que uma parcela da sociedade ainda se comporta como o contramestre das fábricas do século XIX. Dito de outra forma, não mais chicoteiam estas crianças com objetos, mas sim com olhares e modos de conduta diante delas, evidenciando que o Estatuto da Infância e da Adolescência ainda se dá como uma utopia em consequência de uma economia política neoliberal.

Por fim, na terceira imagem, produzida pelo desenhista e pintor polonês Pawel Kuczynski, mostra-se que, em pleno século XXI, a exploração do trabalho infantil continua. Nesta imagem, Pawel satiriza os “donos do poder” que repetem as atitudes da sociedade do século XIX, quando da desigualdade social. Vimos dois garotos em situação de vida oposta; um, em trajes parecidos com o século XIX puxando um caminhão de carvão; outro, em trajes modernos ocidentais puxando um trenzinho de brinquedo. Ambos, aparentemente da mesma idade, mas com vidas diferentes.

Nesta sátira de Pawel, assim como nas imagens anteriores, vimos que, mesmo que em períodos enunciativos diferentes, o discurso se repete, que as imagens não são intransitivas: elas sempre têm algo a nos dizer e trazem em sua visibilidade o que é a sociedade de cada época e que mesmo que os enunciados se deem de modo diferente, ainda se dão numa repetibilidade de práticas discursivas ou não. Neste sentido, as imagens como operações funcionam como um modo de correlação dos enunciados, os quais se dão como “períodos enunciativos” de repetibilidade e dicibilidade sobre uma situação em que a regra de constituição do arquivo em transformação evidencia a historicidade do dizer, de um já-dito que dá condições de existência dos e para os enunciados, como um modo de da visibilidade, no caso aqui abordado, como a vida destas crianças em vulnerabilidade social se dão, pois o neoliberalismo dá condições de existência para estes enunciados que se repetem ao se escavar os discursos das sociedades em sua historicidade de dar visibilidade e de dizer.

REFERÊNCIAS

CASTRO, E. *Vocabulário de Foucault: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores*. Trad. Ingrid Müller Xavier. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2009.

LAGO, Â. *Cena de rua*. Belo Horizonte: RHJ, 1994.

FOUCAULT, M. “O *A Priori* Histórico e o Arquivo”. In: *A Arqueologia do Saber*. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves e Revisão Técnica de Marília de Almeida March. Rio de Janeiro: Forense-Universitária. 1986, p. 141-151.

FOUCAULT, M. *Nascimento da biopolítica*. Curso dado no Collège de France – (1978-1979). Trad. Eduardo Brandão. SP: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, M. *A verdade e as formas jurídicas*. 3ª ed. Trad. Roberto Machado e Eduardo Moraes. Supervisão. Lea Novaes et al. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2002.

GARCIA, M.F. “702 crianças foram resgatadas do trabalho infantil em 2023”. <https://observatorio3setor.org.br/noticias/brasil-702-criancas-foram-resgatas-do-trabalho-infantil-em-2023/> Acesso 05/02/2024.

KUCZYNSKI, P.- “Infância à Luz dos Direitos Humanos” – Arte satírica – 2005.

www.google.com/search?q=pawel+kuczynski+biografia&tbm=isch&source=univ&fir=dVk_je_M94pT-1M%252CtUSoM3IWMefJgM%252C_%253BoTZnLMXaYmRgpM%252CoU5hiqubP7BV7M%-252C_%253BVnQjbGHIQmNXsM%252CYxHGocTkwD85M%252C_%253BoEjSeWs3rHu0fM%252Cv-Z_HD6-nqbZ9gM%252C_&usg=AI4_-kR0nOsAip0g_TPXaoAgysGxE1ST3A&sa=X&ved=2ahUKew-jbppTP57H_AhUtpUCHXmAC50QiR56BAgsEAM&biw=1280&bih=569&dpr=1.5#imgrc=IPjnDP33F-gSZBM – TELA: “Infância à luz dos Direitos Humanos”. Acesso: 07/06/2023.

N.M. (Maio 5, 2011). “A exploração do trabalho infantil no século XIX”. <https://noseahistoria.wordpress.com/2015/12/31/2015-in-review>. Acesso: 06/06/2023.

RANCIÈRE, J. *O destino das imagens*. Trad. Mônica Costa Netto. Org. Tadeu Capristano. Rio de Janeiro: Contraponto., 2012 (ArteFíssil).

MARCELO MÁXIMO PURIFICAÇÃO: Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior -UNIFIMES - Pós-Doutor pela Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra - FPCE-UC Portugal (Área de concentração: Educação Superior e Políticas Educacionais), Professor Investigador - 2014-2016 -, supervisionado pela Dra. Teresa Pessoa; Pós-Doutor - pelo Instituto Politécnico da Escola Superior de Educação de Coimbra - IP-ESEC-Portugal (Área de concentração: Formação de Professores, Identidade e Gênero) Professor Investigador - 2017- 2021 -, supervisionado pela Dra. Filomena Teixeira. Doutor em Ensino (Educação Matemática e Tecnologia) -, (Área de concentração: Alfabetização Científica e Tecnológica) pela Universidade do Vale do Taquari (UNIVATES, 2018-2022), Doutor em Ciências da Religião (Área de concentração: Religião, Cultura e Sociedade, na linha: Religião e Movimentos Sociais) pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás - (PUC-Goiás, 2010 - 2014) e Doutor em Educação (Área de concentração: Estudos Culturais, na linha: Currículo, ciências e tecnologias) pela Universidade Luterana do Brasil (ULBRA, 2020-2023). Mestre em Teologia: Educação Comunitária, Infância e Juventude (EST/UFRGS, 2008) e Mestre em Ciências da Educação (UEP, 2009). Possui formação multidisciplinar com graduação em: Ciências Sociais (Faculdade Única), Filosofia (FBB), Matemática (UEG) e Pedagogia (ICSH). Especialista em - Gestão de Sala de Aula no Ensino Superior (UNIFIMES), Docência do Ensino Superior (UCAM) e em Matemática (ICSH). Atualmente é Professor Titular C-II da Fundação Municipal Integrada de Ensino Superior (FIMES/UNIFIMES, 2014-) onde atua em atividades de ensino, pesquisa e extensão nos cursos de graduação e pós-graduação, vinculado a Unidade Básica das Humanidades e Professor (P-IV Padrão E) da Secretaria de Educação do Estado de Goiás (SEDUC, 1999 -) atuando no componente curricular de Matemática. Atua também como docente permanente nos seguintes programas Stricto Sensu: Programa de Pós-Graduação em Educação da Fundação Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS/Paranaíba), na Linha 1, formação docente e diversidade (cooperação técnica), Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Inhumas (PPGEDU-FACMAIS), Linha 1 Educação, Instituições e Políticas Educacionais (EIPE) e, do Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social (MPIES) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) (Colaboração Técnica), na linha 2 Novas Formas de subjetivação e organização comunitária. Orientou: 1 tese de doutorado, 15 dissertações de mestrado, 20 trabalhos de conclusão de curso de especialização, 113 trabalhos de conclusão de curso de graduação e 9 trabalhos de iniciação científica. Atualmente orienta: 8 dissertações de mestrado, 1 trabalho de conclusão de curso, 1 projeto de iniciação científica e supervisiona 1 projeto de pós-doutorado. Coordena o Grupo de Pesquisa (NEPEM); Colíder do Grupo de Pesquisa em Educação, Tecnologias Sociais e Desenvolvimento no Interior do Amazonas (IFAM). Associado à ANPED/Nacional. Associado à APEDUC -

Associação Portuguesa para o Ensino das Ciências. Membro da Comissão Editorial da Revista Científica da Educação da FACMAIS (2020 -); Membro do comitê científico da Editora Atena (2019 -) e da editora Publishing (2020-); Editor-chefe da revista científica Novas Configurações Diálogos Plural (2020-). Avaliador do Guia da Faculdade (2020-). Tem experiência na área da Educação atuando no eixo da Diversidade. Atualmente interessa-me pesquisa em dois blocos temáticos: I PROCESSOS EDUCATIVOS: Formação de Professores, Políticas Educacionais, Currículo, Desenvolvimento Profissional, Ensino e Tecnologia; II DIVERSIDADE: Estudos Culturais, Identidade, Representação, Gênero, Violência, Negritude, juventude, Religiosidade e Cultura. (Países em que esteve presente para atividades acadêmicas e técnicas e/ou manteve vínculos em trabalhos científicos: (Argentina, Alemanha, Colômbia, Cuba, Espanha, Itália, Panamá, Paraguai, Portugal, México, Moçambique e Uruguai).

ELISÂNGELA MAURA CATARINO: Pós-doutorado em Educação pela Escola Superior de Educação de Coimbra - ESEC/PT (2017-2019) sob a orientação da Dra. Fátima Neves. Doutoranda em Educação pela Universidade Luterana do Brasil (2020-). Doutora em Ciências da Religião pela PUC-GO (2005 - CAPES 5) na Linha de Pesquisa Religião e Movimentos Sociais. Mestra em Teologia com especialização em Educação Comunitária Infância e Juventude pela EST/UFRGS (2010 - Conceito 5 CAPES). Especialista em Língua Portuguesa pela Universidade Salgado de Oliveira (2007) e Docência do Ensino Superior pela FAMATEC (2012). Licenciada em Língua Portuguesa e inglesa e suas respectivas licenciaturas, pela Universidade Estadual de Goiás (2004) e Licenciada em Filosofia pelo Instituto de Ciências Sociais e Humanas - ICSH (2003). É servidora pública da Secretaria Estadual de Educação de Goiás - SEDUCE (1999 - Professora P-IV) e da Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior (2015 - Professora Titular - CII), onde atua como professora na Pós-graduação e nos Cursos de Medicina Veterinária, Engenharia, Pedagogia, Educação Física e Psicologia. Colíder do Grupo de Pesquisa Psicologia, Processos Educativos e Inclusão da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS); Pesquisadora no Grupo de Pesquisa NEPEM/UNIFIMES/CNPq. Professora colaboradora no Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social - MPIES da Universidade do Estado da Bahia - UNEB. Atualmente trabalha com as seguintes temáticas: Literatura. Linguagem. Educação e Diversidade e Educação Especial com foco nos surdos.

NADIABIGARELLA: Possui mestrado em Educação (Conceito 5) pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e doutorado em em Educação (Conceito 5) pela Universidade Católica Dom Bosco, Pós-Doutorado pela Universidade do Estado de Mato Grosso, UNEMAT. Graduação em Pedagogia - Faculdades Unidas Católicas de Mato Grosso. Professora da graduação e do Programa de Pós-Graduação em Educação - Mestrado e Doutorado da Universidade Católica Dom Bosco. Ligada

a linha de pesquisa Política, Gestão e História da Educação e líder do Grupo de Pesquisa em Políticas Educacionais e Órgãos de Gestão dos Sistemas de Ensino (GPESE). Diretora da Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE), representando o Estado de Mato Grosso do Sul (2019-2021). Diretora da Rede Ibero -Americana de Pesquisa em Política e Gestão da Educação. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Atividades de Ensino: Pós-Graduação. Atua principalmente nos seguintes temas: Planos, projetos e programas para a educação básica e educação especial, políticas públicas em educação, gestão educacional e Órgãos de Gestão dos Sistemas de Ensino. Em maio/2018 assumiu a vice coordenadora do Programa de Pós-Graduação Em Educação - Mestrado e Doutorado da Universidade Católica Dom Bosco (2019-2021).

A

Alcunha 11, 15

Apelidos 11

Arquivo 31, 32, 33, 34, 37, 39, 42, 43

C

Capitalista 5, 18, 24

Ciências humanas 33

Cognomes de municípios 11

Colonização 23, 24, 26

Covid-19 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 10

Cultura 11, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 23, 24, 26, 28, 29, 44, 45

D

Desigualdade social 31, 40, 42

Diversidade 5, 17, 29, 44, 45

E

Educação Física 45

Exploração 25, 27, 28, 29, 31, 32, 34, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43

F

Filosofia 4, 6, 9, 44, 45

Filósofo 31, 32, 33, 34, 37

Foucault 31, 32, 33, 34, 38, 39, 43

G

Geografia cultural 11, 12, 19, 21

Geografia humanística 11, 22

Globalização 11, 14, 15, 18, 19, 20

H

História 13, 15, 16, 17, 18, 22, 25, 32, 46

I

Imagem 31, 32, 37, 38, 39, 40, 41, 42

Invasão 24, 28

M

Multidisciplinaridade 6

P

Povos indígenas 23, 24, 25, 26, 28, 29, 30

S

Sociedade 1, 3, 4, 5, 8, 9, 24, 25, 26, 28, 31, 32, 33, 38, 39, 40, 41, 42, 44

Sujeito social 3, 4, 6, 7, 8

T





Território indígena 23, 25, 26, 28

Trabalho infantil 31, 32, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43


V

Vulnerabilidade social 31, 39, 41, 42

A ANTROPOLOGIA E O ESTUDO DOS GRUPOS SOCIAIS 2

 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

A ANTROPOLOGIA E O ESTUDO DOS GRUPOS SOCIAIS 2

 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br